

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E
HISTÓRIA DA CULTURA**

MACKENZIE: UMA EXPRESSÃO DO IDEÁRIO ESTADUNIDENSE

Anderson Gomes Santana

São Paulo

2024

ANDERSON GOMES SANTANA

MACKENZIE: UMA EXPRESSÃO DO IDEÁRIO ESTADUNIDENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Castedo Abrunhosa

São Paulo

2024

S232m

Santana, Anderson Gomes.

Mackenzie [recurso eletrônico] : uma expressão do ideário estadunidense / Anderson Gomes Santana.

3,46 MB

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura)
– Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2024.

Orientador (a): Eduardo Castedo Abrunhosa.

Referências bibliográficas: f. 84-89

1. Religião. 2. Educação. 3. Protestantismo. 4. Destino Manifesto.
5. Estados Unidos da América – EUA. 6. Instituto Presbiteriano
Mackenzie. I. Abrunhosa, Eduardo Castedo. *orientador (a)*. II.
Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marcela da Silva Matos – CRB 8/10691

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA DE FINANCIAMENTO

Autor: Anderson Gomes Santana

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Arte e História da Cultura

Título do Trabalho: Mackenzie: uma Expressão do Ideário Estadunidense

O presente trabalho foi realizado com o apoio de ¹:

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria:
- Outro:

¹ **Observação:** caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

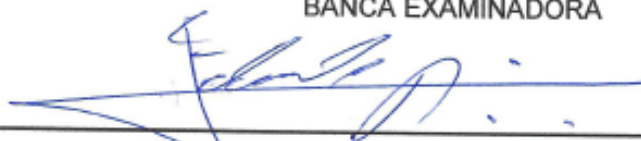
ANDERSON GOMES SANTANA

MACKENZIE: UMA EXPRESSÃO DO IDEÁRIO ESTADUNIDENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

Aprovado em 08/08/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Castedo Abrunhosa
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Marcelo Martins Bueno
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dra. Susana Mesquita Barbosa
Faculdade Paulista de Ciências da Saúde

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar que a sociedade estadunidense criou um ideário a partir de um conjunto de ideias políticas e religiosas, posicionando-se como uma nação virtuosa com uma missão civilizadora confiada pela Divina Providência. Os objetivos específicos são: compreender a formação do Estado e da nação estadunidense no contexto do Destino Manifesto; examinar o empreendimento protestante estadunidense e sua inserção no território brasileiro por meio da educação; e explicitar como, através do Mackenzie, uma instituição fundada por missionários estadunidenses, esse ideário foi compartilhado e assimilado como parte do destino predefinido pelo Criador, tornando-se um elemento de coesão e identidade para eles. Para isso, foram utilizadas as teorias de capital postuladas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. A intencionalidade dos estadunidenses em compartilhar um ideal entendido como superior ao dos outros países, associada ao interesse das denominações protestantes em criar missões para levar o Evangelho a essas sociedades, serviu como base metodológica para a pesquisa. Conclui-se que, no Mackenzie, o ideário construído pelos estadunidenses se manifesta por meio da gestão, das reflexões de seus dirigentes e da didática.

Palavras-chave: Protestantismo. Destino Manifesto. Estados Unidos da América – EUA. Instituto Presbiteriano Mackenzie.

ABSTRACT

The main objective of this study is to demonstrate that American society created an ideology based on a set of political and religious ideas, positioning itself as a virtuous nation with a civilizing mission entrusted by Divine Providence. The specific objectives are: to understand the formation of the American state and nation in the context of Manifest Destiny; to examine the American Protestant enterprise and its insertion into Brazilian territory through education; and to explain how, through Mackenzie, an institution founded by American missionaries, this ideology was shared and assimilated as part of the destiny predestined by the Creator, becoming an element of cohesion and identity for them. For this, the capital theories postulated by the French sociologist Pierre Bourdieu were used. The intention of Americans to share an ideal understood as superior to that of other countries, associated with the interest of Protestant denominations in creating missions to bring the Gospel to these societies, served as the methodological basis for the research. It is concluded that at Mackenzie, the ideology built by Americans is manifested through management, the reflections of its leaders, and teaching.

Keywords: Protestantism. Manifest Destiny. United States of America - USA. Presbyterian Mackenzie Institute.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, a instituição que me dá diariamente subsídios para o meu desenvolvimento profissional e que me possibilitou por meio de uma bolsa de estudo, alcançar essa conquista.

Ao prof. Dr. Eduardo Abrunhosa, pela orientação, pelos últimos anos de convivência, pela confiança, encorajamentos e a natural disposição em ensinar e compartilhar.

Ao prof. Dr. Marcelo Bueno, pelo apoio prestado na primeira fase do projeto, pelas discussões e a disponibilidade.

Ao Prof. Dr. Marcel Mendes, por me ouvir, por refletir comigo e pelas dicas preciosas de referências bibliográficas a respeito do Mackenzie, da Igreja Presbiteriana e EUA.

A Karina de Barros, uma pessoa que tenho o privilégio de conviver na dimensão profissional e pessoal e sempre está disponível para me ouvir, aconselhar e apoiar. Sou grato pela nossa amizade.

A Luciene Aranha, pelos incentivos, apoio contínuo no processo de construção do texto e dicas preciosas de referências bibliográficas a respeito do Mackenzie.

A Giane Alves Batista, Thaty Galvão, John Nunes e Renata Araújo, por manterem a engrenagem da Área Técnica funcionando nos estágios finais desse trabalho e por sempre me incentivarem.

Ao Vitor Hugo Nogueira, um amigo e irmão que tenho o privilégio de conviver desde os meus 15 anos, enquanto eu morava no interior de São Paulo e ele no interior do Paraná, e que sempre me incentivou, me apoiou e me ouviu. Obrigado pelo tempo indeterminado que ficou me ouvindo discorrer sobre as descobertas que fiz no processo de pesquisa.

À minha querida e amada mãe, Maria Luiza, que nunca poupou esforços e sacrifícios para que eu pudesse voar e realizar os meus sonhos.

Ao Roberto Teles, querido amigo, pelos nossos convívios aos sábados que propiciaram contextos para uma escrita serena.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. EUA, UMA NAÇÃO COM UM DESTINO MANIFESTO.....	14
2.1. UM NOVO MUNDO SE APRESENTA.....	14
2.2. UM NOVO ESTADO PARA UMA NOVA NAÇÃO.....	18
2.3. UMA NAÇÃO COM UM DESTINO MANIFESTO	24
3. EMPREENHIMENTO PROTESTANTE ESTADUNIDENSE E O SEU ESTABELECIMENTO NO BRASIL.....	35
3.1. EM NOME DO PAI, O EMPREENHIMENTO PROTESTANTE.....	35
3.2. O PROTESTANTISMO DE MISSÃO NO BRASIL	40
3.3. EDUCAR PARA A CIDADANIA EM AMBIENTE DE FÉ REFORMADA.....	47
4. MACKENZIE, REVELAÇÃO DE UM IDEÁRIO ESTADUNIDENSE	53
4.1. ESCOLA AMERICANA E PROTESTANT COLLEGE.....	53
4.2. REVELAÇÃO DE UM IDEÁRIO	62
4.3. IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO.....	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	90
ANEXO A – Introdução da Primeira Repartição da Escola Americana – Jardim de Infância	91
ANEXO B – Versão original do fragmento em que Donald McLaren discorre sobre as conquistas da Escola Americana (p. 56).....	92
ANEXO C - Versão original da caracterização da sociedade brasileira pelos comissários da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil	93
ANEXO D - Versão original de Horace Manley Lane, discorrendo sobre a apatia dos brasileiros	95
ANEXO E - Versão original da situação brasileira a partir da visão de Horace Manley Lane.	96
ANEXO F - Versão original de Horace Manley Lane refletindo a importância de os estadunidenses conduzirem os brasileiros aos ideais da grande América	97
ANEXO G - Mary Ann Annesley Chamberlain, sem data.....	98
ANEXO H - George Whitehill Chamberlain, à esquerda, sem data.....	99
ANEXO I - Horace Manley Lane, sem data.....	100
ANEXO J - Alunas da Escola Normal do Mackenzie, 1899	101

1. INTRODUÇÃO

Ingressei no Centro Histórico e Cultural Mackenzie (CHCM) em 2015, aos 20 anos de idade, com poucas informações sobre o contexto em que o Mackenzie foi fundado. Sabia que era uma instituição confessional e centenária. A partir do meu desconhecimento institucional, recebi uma formação intensiva para desenvolver a atividade para a qual fui contratado. Meu papel consistia em analisar a documentação institucional reunida e em posse do Centro, entender seus contextos e conteúdos e, a partir disso, destiná-los à guarda permanente ou ao descarte.

Ao trabalhar no processo de catalogação desse material, tive a oportunidade de ler e descrever diversos conteúdos, compreendendo melhor os elos e correlações entre o Mackenzie, enquanto instituição educacional brasileira, e a mentalidade de seus fundadores, educadores e missionários protestantes e estadunidenses.

Após sete anos trabalhando com a documentação histórica do Mackenzie, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura em 2022. À medida que meu envolvimento com a História Cultural e as discussões com meu orientador prosperaram, o contexto do Mackenzie que mais me motivou nessa jornada tornou-se claro e digno de reflexão.

As condições de contorno presentes na fundação do Mackenzie, impregnadas pela mentalidade e ideário estadunidense, estão expressas no documento conhecido como “Destino Manifesto”, onde se afirmava que “era legítima pelo direito de Nosso Destino Manifesto possuir e povoar a totalidade do continente que a providência divina nos deu para o desenvolvimento de nossa grande experiência de liberdade e governo federativo” (FONSECA, 2007, p. 173).

O século XIX foi determinante para o desenvolvimento dos EUA e o início de sua influência regional e na geopolítica mundial. Nesse mesmo período, surgiram tensões causadas pelos interesses e visões de sociedade distintos entre os estados do Norte e do Sul. Embora o projeto econômico de ambos os lados apresentasse diferenças, a mentalidade social e comportamental

compartilhava a ideia do "destino manifesto": os estadunidenses acreditavam estar predestinados por Deus a liderar as diversas nações do mundo, assumindo uma missão civilizadora entre aqueles considerados inferiores (JUNQUEIRA, 2001).

No processo de ampliação de seu território, os EUA avançaram em direção ao Oeste, considerado selvagem e hostil, dominando povos originários e áreas pertencentes ao México. Os estadunidenses enxergavam a conquista territorial como uma oportunidade de conceder civilização, progresso e prosperidade ao povo conquistado.

No processo de incorporação de novos territórios, as tensões entre os modelos econômicos e sociais dos estados se aprofundaram, resultando na Guerra de Secessão (1861-1865). O modelo industrial, liberal e não escravagista do Norte prevaleceu sobre o modelo sulista de latifúndios agrícolas e escravagistas. A consolidação dos EUA como uma federação de estados unificados em torno de um mesmo modelo político foi reforçada e favorecida pela ideia de um povo escolhido, forjado para cumprir seu grande destino civilizatório.

Nesse mesmo período, denominações protestantes, assim como outros organismos sociais, viviam um momento de avivamento espiritual que impulsionou a organização de diversos empreendimentos missionários. Esses missionários se dispersaram pelo mundo pagão, levando a salvação espiritual, o desenvolvimento econômico e o crescimento social, promovidos pelo simples contato com a cultura e a mentalidade reformada protestante. Esse movimento levou milhares de estadunidenses a dezenas de países considerados atrasados devido ao "despotismo nativo ou imperialismo europeu" (MENDONÇA, 2008, p. 96).

Mendonça e Velasques Filho (1990, p. 31) apontam ainda que os missionários foram um dos principais difusores do Destino Manifesto, acreditando que os EUA haviam sido escolhidos para uma missão divina, sendo responsáveis por disseminar às diversas regiões do planeta os benefícios do estilo americano de vida, formado por patriotismo, liberdade, democracia e protestantismo.

O Brasil entrou no século XIX com sua condição de colônia alterada pela chegada da família real portuguesa, o que deu início a um processo que culminaria, em 1822, com a efetiva ruptura e independência. Os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer o novo Estado que se constituiu.

Assim, as relações diplomáticas entre os países começaram a se aprofundar, e nesse contexto, empresas passaram a constituir suas atividades em território brasileiro. Chegaram então os primeiros missionários, entre os quais, em 1859, Ashbel Green Simonton, presbiteriano responsável pela implantação da Igreja Presbiteriana no Brasil.

Um dos princípios fundamentais da mentalidade protestante reside na ideia do sacerdócio universal, onde o indivíduo não precisa de um sacerdote ou líder religioso para mediar sua relação com o “eterno”. Todavia, para isso, é fundamental que ele seja capaz de ler e compreender o texto sagrado, revelando assim outro elemento estrutural do protestantismo: o chamado livre exame das escrituras.

Dessa forma, propor o estabelecimento de escolas como uma das estratégias do empreendimento missionário era essencial. Nesse contexto, o Mackenzie, assim como outras instituições educacionais, foi fundado. Em um primeiro momento, pode-se pensar que o Mackenzie é o objeto dessa dissertação, pelo seu pioneirismo pedagógico, enquanto apresenta ao Brasil uma didática inovadora para os padrões de outrora, ou mesmo por sua longevidade sesquicentenária que reafirma seu pioneirismo e reconhecimento.

Portanto, o foco prioritário deste trabalho é compreender como o Estado e a Nação foram formados, bem como o ideário de que suas pretensões de expansão e influência eram legítimas e confiadas pela Providência Divina a partir da doutrina do Destino Manifesto e o excepcionalismo estadunidense. Além disso, busca-se entender como esse ideário foi introduzido no Brasil através da educação, mais especificamente por meio do Mackenzie.

A historiografia do Mackenzie definiu quatro grandes blocos temporais para os seus 154 anos: Implantação (1870-1920), Consolidação (1921-1961), Nacionalização (1962-1996) e Expansão (1997-atualidade).

A pesquisa para essa dissertação estará concentrada no período de implantação, desenvolvendo-se no sentido de buscar compreender como o Mackenzie, sendo uma instituição fundada e administrada por estadunidenses no Brasil, apresentou os elementos que acabariam por constituir o capital simbólico e cultural dessa instituição. Portanto, a questão da presente dissertação é: como o ideário dos EUA, uma vez construído, foi transposto para o Brasil por meio do modelo educacional aqui implantado? Como isso fica evidenciado na Escola Americana e no Mackenzie College?

Para este trabalho, foram realizadas pesquisas em textos gerais de história do Brasil, dos EUA, de Cultura e de Educação, além de fontes primárias encontradas no acervo do CHCM, a fim de construir a narrativa aqui exposta.

Entre os teóricos utilizados como referência para o trabalho estão: Pierre Bourdieu, Peter Burke, Marc Bloch, Edgar Morin, Christopher Hill, Mary Anne Junqueira, José Murilo de Carvalho, entre outros. Sobre o contexto do protestantismo no Brasil e o Mackenzie, a análise central se deu com Boanerges Ribeiro, Antônio Gouvêa de Mendonça e Prócoro Velasques Filho, entre outros.

Diante do exposto, a presente dissertação está estruturada em três seções principais, descritas a seguir, de maneira que a construção narrativa desenvolva um caminho lógico e direto.

Na primeira seção, intitulada “EUA, Uma Nação com um Destino Manifesto”, é apresentado um panorama histórico sobre os acontecimentos que antecederam o processo de formação da nação estadunidense, o decurso colonial e de independência, a formação do Estado e a identificação de um ideário introjetado na sociedade, que a fez se reconhecer com uma missão confiada pela Providência Divina.

A segunda seção, intitulada “Empreendimento Protestante Estadunidense e o seu Estabelecimento no Brasil”, trata das iniciativas protestantes em solo brasileiro e do uso da educação como elemento de aproximação com a comunidade local. Além disso, aborda a eventual articulação com a diplomacia e a política externa estadunidense na perspectiva do aproveitamento da movimentação missionária para a difusão do seu ideário nacional, da sua cultura e das suas marcas.

Por fim, a terceira seção, chamada “Mackenzie, a Revelação de um Ideário”, aborda o processo de difusão desse ideário estadunidense por meio das diversas manifestações mackenzistas, como festas, organização, gestão, uniformes, didática e currículos. Utilizando a documentação produzida pelos seus dirigentes, visa identificar o conjunto de intencionalidades que possam revelar, de maneira clara ou não, a construção de um capital cultural institucional que carregue em si as marcas que distinguem os mackenzistas como parte daquele destino predefinido pelo Criador, e que passa a ser um elemento de coesão e identidade para eles.

2. EUA, UMA NAÇÃO COM UM DESTINO MANIFESTO

O Estado Estadunidense despontou das Treze Colônias a partir do interesse compartilhado por uma sociedade que, embora ainda estivesse sob a dominação metropolitana inglesa, criou para si um sistema de ideais onde poderia se representar como uma Nação. Puritanos expulsos e perseguidos chegaram às terras do Novo Mundo com a compreensão de que essas terras seriam sua nova casa.

Um local onde poderiam estruturar a sua Igreja conforme a visão puritana, além de prosperar como indivíduos, sociedade e um grupo escolhido pela Providência Divina para desempenhar uma missão divina: conquistar a natureza selvagem, dar a ela estrutura e alcançar o Jardim de Deus, um espaço qualificado pela vida rural cotidiana.

Transcorridos quase dois séculos entre essa concepção de vida e o início do processo de desenvolvimento dos EUA, ela foi revigorada e aperfeiçoada a partir do Destino Manifesto para justificar a expansão territorial estadunidense, decretar a expulsão ou assassinato de povos originários e iniciar um processo civilizatório para que, primeiramente, as sociedades incorporadas ao contexto estadunidense entrassem em conformidade e, posteriormente, expandir o alcance de influência política e social no restante do planeta.

2.1. UM NOVO MUNDO SE APRESENTA

Os séculos XV e XVI transformaram o contexto político, social, econômico e religioso na Europa. Essas alterações, marcaram de forma visceral a sociedade europeia e refletiram nas terras que estavam sendo desbravadas por aqueles homens que eram financiados pelos Estados Nacionais em formação.

O sistema feudal que tinha sustentado por séculos a organização política, social e econômica, desmoronava enquanto novas propostas de conformação eram colocadas em prática. No espectro político, a descentralização de poder foi substituída pela constituição de estados nacionais e pelas investidas de monarquias. No âmbito econômico, a servidão e a troca, foram comutados pelas

primeiras noções de Capitalismo, com a formação de propriedades privadas, do lucro e o do trabalho assalariado.

No campo social, houve o Renascimento e o regresso ao Humanismo, como uma conduta de valorização do ser humano e o dimensionamento da importância da dignidade, aspirações e a racionalidade humana. E na esfera religiosa, a quebra do monopólio da Igreja Católica enquanto ponte entre Deus e o mundano. Novas interpretações do Cristianismo foram postas e absorvidas pelos Estados Nacionais gerando novas denominações religiosas.

Nessas conjunturas, o antagonismo entre as visões de mundo desses estados nacionais nascentes formou uma competição econômica e de influência que resultou nas grandes viagens atlânticas para estabelecer novas rotas de comércio. O território localizado a oeste do continente europeu foi inicialmente visto como as Índias no continente asiático. Quando o explorador Américo Vespúcio o alcançou, ele descreveu: “podemos chamá-las, certamente, de um novo mundo” (LEPORE, 2018, p. 35).

Os primeiros estados a fixarem domínios sobre as terras batizadas pelo cartógrafo alemão Martin Waldseemüller como “América” foram Portugal e Espanha, que estabeleceram um regime de exploração da terra e geração de riqueza. Ouro e prata foram extraídos continuamente, a flora nativa foi amplamente dizimada, latifúndios de monocultura foram instituídos, e uma variedade de animais e sementes foi transferida do continente europeu para a América, resultando em um florescimento abundante sem precedentes no continente de origem (LEPORE, 2018, p. 38-41).

O sistema econômico e de exploração instituído pelos portugueses e espanhóis foi sustentado pela mão de obra forçada de povos originários e africanos em condição de escravidão. Em contrapartida ao êxito ibérico, os povos que já residiam na América foram dizimados, seja pela força militar, seja por doenças trazidas pelos europeus e africanos, contra as quais esses povos não possuíam defesas imunológicas (LEPORE, 2018, p. 38-41).

Décadas após o desenrolar exploratório dos espanhóis e portugueses, os franceses e holandeses iniciaram seu próprio processo colonizador nas terras que correspondem à América do Norte. Os ingleses, nas palavras de Lepore

(2018, p. 47), “chegaram incrivelmente tarde”. Questões internas e o desinteresse da Coroa em financiar grandes expedições protelaram em quase 100 anos o movimento colonial inglês em terras americanas (LEPORE, 2018, p. 50).

Cartas patentes autorizando a exploração da terra foram emitidas e, em uma lógica capitalista, onde havia uma sociedade entre a Coroa e empresários, as Companhias de Londres e de Plymouth foram organizadas. Em paralelo à ação exploratória, grupos se deslocaram para as colônias da América com o propósito declarado de se assentar na terra. Entre eles, estavam perseguidos políticos nos conflitos religiosos (KARNAL *et al.*, 2011, p. 42).

O compartilhamento do monarca entre a Escócia e a Inglaterra gerou tensões entre as duas maiores denominações religiosas nacionais que coexistiam no território britânico: a presbiteriana, produto da reforma de orientação calvinista da Igreja da Escócia, e a anglicana, resultado da reforma que amalgamou aspectos católicos e reformados da Igreja da Inglaterra.

Ingleses em contato com os escritos de João Calvino iniciaram a defesa de que a Igreja da Inglaterra não havia rompido definitivamente com a Igreja Católica e, por isso, precisava ser purificada. Esse grupo, denominado Puritanos, criou um ideal de sociedade onde a Igreja seria completamente reformada e o governo deveria ser constitucional em detrimento do absolutismo inglês. As ideias foram defendidas abertamente e entraram em rota de colisão com o rei Carlos I, que, naquela altura, era impopular e colecionava desentendimentos com os representantes eleitos do Parlamento (HILL, 1955, p. 76; MENDONÇA, 2008, p. 64).

Uma guerra civil foi iniciada com propósitos estabelecidos: limitação do poder do rei, proibição de um exército controlado pelo monarca, abolição das leis financeiras vigentes naquele momento e controle parlamentar da igreja em detrimento do rei (HILL, 1955, p. 76). Após nove anos de conflito, o rei foi sentenciado à morte por traição e uma república foi instaurada sob o controle de Oliver Cromwell, um político puritano que participou ativamente dos conflitos militares e se tornou o sucessor do rei assassinado sob o título de “Lorde Protetor”, em uma proximidade à figura de um presidente.

Após o falecimento de Oliver Cromwell, seu sucessor não foi capaz de manter a lógica republicana, e o processo de restauração da monarquia foi iniciado. Carlos II, filho do rei morto, foi restaurado sob o discurso de perdoar atos cometidos durante a Guerra Civil e promover a tolerância religiosa, desde que não perturbasse a paz do reino. O perdão, no entanto, não foi estendido aos que estavam diretamente envolvidos na morte de Carlos I, e começaram os julgamentos, sentenças de morte e expulsões. Além disso, o Parlamento reprimiu os direitos dos católicos e não conformistas, principalmente dos puritanos.

Nesse contexto de expulsões e repressões, milhares de puritanos deixaram a Inglaterra e migraram para colônias do Novo Mundo. Dessa forma, passaram a coexistir nessa parte do Novo Mundo duas formas de colonização: a de exploração, localizada nas regiões ao sul e legitimada pelas cartas patentes, e a de povoamento, localizada nos territórios do norte e simbolizada por esses grupos não conformistas que migraram para instalar seus ideais de vida (KARNAL *et al.*, 2011, p. 45).

Os membros do primeiro grupo a fazer a travessia foram denominados Peregrinos e foram responsáveis por produzir o primeiro documento (Mayflower Compact) a vincular a terra aos direitos de liberdade e democracia, que posteriormente foram evocados no processo de independência. Os grupos que chegaram posteriormente tinham a convicção de que eram o povo escolhido por Deus e, ao atravessarem o oceano para alcançar as terras do Novo Mundo, se compararam aos hebreus atravessando o deserto em busca da terra prometida, conforme o fragmento a seguir:

Os puritanos tinham em altíssima conta a ideia de que constituíam uma “nova Canaã”, um novo “povo de Israel”: um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de “eleitos”. Em toda Bíblia procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com frequência. Tal como os Hebreus no Egito, também foram perseguidos na Inglaterra. Tal como os hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto de Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra (KARNAL *et al.*, 2011, p. 47).

2.2. UM NOVO ESTADO PARA UMA NOVA NAÇÃO

Nas colônias inglesas além da exploração e o povoamento existirem por parte dos ingleses, grupos de outras regiões da Europa fixaram residência trazendo costumes e religiosidades, dando à região uma pluralidade de vivência no Novo Mundo. O primeiro território incorporado pela Inglaterra foi a Virgínia e no aspecto religioso a população se declarava como anglicana e batista, e no aspecto econômico prevaleceu a pequena agricultura.

O segundo território anexado foi Nova Iorque em 1626; seus habitantes se identificavam como quakers, católicos, luteranos e judeus e a economia se baseava na agricultura. Massachusetts foi anexado em 1630 a partir da chegada dos grupos puritanos e a predominância econômica da construção naval. Maryland em 1633 com católicos, anglicanos e batistas e com o desenvolvimento da Agricultura. Rhode Island e Connecticut em 1636 e Nova Hampshire em 1638 habitados por puritanos e com a predominância da construção naval. Delaware em 1638 com a agricultura e os quakers, católicos, luteranos e judeus. Carolina do Norte em 1653, Carolina do Sul em 1663, Nova Jérsei em 1664 e Pensilvânia em 1682 com a agricultura e dominância dos quakers, católicos, luteranos e judeus. E a Geórgia em 1732, com a agricultura e os anglicanos e batistas (KARNAL *et al.*, 2011, p. 44).

As colônias localizadas na costa atlântica norte possuíam um clima temperado, o que inviabilizava a exploração por grandes monopólios com propósitos de exportação. Daí surgiu "um núcleo colonial voltado para a policultura, o mercado interno e não totalmente condicionado aos interesses metropolitanos" (KARNAL *et al.*, 2011, p. 56-57). O consumo interno e o trabalho familiar nas pequenas propriedades se tornaram características comuns. Foi nessa região que a colonização de povoamento prosperou, onde grandes grupos de puritanos fixaram suas residências, estabelecendo um vínculo profundo com a terra.

Por outro lado, ao sul, as colônias possuíam um clima quente e solo fértil. Nessa região foi instituído o sistema agrícola do Plantation, baseado na monocultura de exportação com o uso de latifúndios e trabalho escravo. Nesse

contexto, prevaleceram os interesses metropolitanos. Essas diferenças nos projetos econômicos entre o Sul e o Norte distanciaram suas populações e serviram de base para justificar conflitos futuros (KARNAL *et al.*, 2011, p. 58).

Durante o período colonial, os grupos puritanos desenvolveram um conjunto de ideias sobre sua chegada à América. Em seu estudo sobre o Excepcionalismo estadunidense, Carlos Fonseca (2007, p. 157) discute que os puritanos viam seu assentamento na América como "obra de Deus e a derradeira oportunidade de promover a purificação da igreja". Acreditavam que as terras que futuramente se tornariam os Estados Unidos da América (EUA) eram a Nova Canaã, a Terra Prometida. A sociedade colonial se estabeleceu "na dupla convicção de ter sido imbuída de missão divina e ser detentora de verdade transcendental", fundamentada em sua religiosidade, o que contribuiu para seu reconhecimento como nação.

Fonseca (2007, p. 158-159) listou três aspectos desse conjunto de ideias produzido pelos puritanos. O primeiro foi a providência divina, onde os colonos tinham a certeza "de estar agindo por determinação de Deus e sob sua direta orientação". Essa convicção se fundamentou nos episódios iniciais da colonização, onde, apesar das adversidades, a sobrevivência foi garantida por Deus e os colonos vislumbravam um futuro especial, marcado por provações e vitórias, reservado em seus desígnios.

Em relação à missão da natureza selvagem, os puritanos destacaram a ameaça que ela representava para a sobrevivência física do homem e abstraíram que a natureza poderia ser "um perigo (tentação) para o homem civilizado, que poderia sucumbir à selvageria". A missão divina conferida por Deus indicava a responsabilidade desses colonos em dominar a selvageria e convertê-la em ordem, simbolizada como o Jardim de Deus (FONSECA, 2007, p. 159-160).

O Jardim de Deus seria estabelecido através da domesticação da natureza selvagem, substituindo o ambiente encontrado pelos colonos pela dinâmica da produção rural, transformando o bárbaro em civilização, um ato de caridade cristã. Houve uma associação da condição rural desenvolvida pelos puritanos ao Éden descrito na Bíblia, e líderes locais utilizaram essas

associações para validar a vida cotidiana, que estava ligada ao destino acordado com Deus, indicando que eles seriam um modelo para todos os cristãos (FONSECA, 2007, p. 160-161).

A concepção desse acordo se baseava nos escritos de João Calvino, que afirmava que "Deus às vezes escolhia um grupo de pessoas para realizar Sua vontade sobre a Terra". Ao serem escolhidos, o grupo recebia bênçãos, mas também obrigações. Apegados à escolha de Deus, os puritanos tinham a obrigação de "agir com justiça, amar com piedade e andar com humildade ao lado de nosso Deus, mantendo a unidade do espírito no vínculo da paz". Caso não obedecessem, desgraças poderiam cair sobre eles (FONSECA, 2007, p. 161).

A ideia de um acordo com Deus indicava a exigência da sociedade de prosperar para que as demandas impostas aos colonos fossem cumpridas. A partir disso, uma organização político-civil foi desenvolvida, e mesmo que o *Mayflower Compact* indicasse uma subordinação primária a Deus, o poder secular baseado em liberdade, poder de escolha e representação se concretizou. Com uma conformidade religiosa e coerência política, quando a Inglaterra tentou aumentar seu controle nas colônias, iniciou-se organicamente o processo de independência.

A decisão de aumentar o controle colonial sobre os territórios deu-se pelo desequilíbrio econômico da Inglaterra, que havia participado de guerras na França, Espanha e Áustria, algumas das quais se estenderam até a América, impactando diretamente o cotidiano colonial.

A primeira imposição metropolitana foi a Lei do Açúcar, que reduziu os impostos sobre o melão e aumentou sobre o açúcar, vinho, café e artigos de luxo. Além disso, criou-se uma corte com jurisdição em todas as colônias para punir aqueles que não a cumprissem. Em seguida, a Lei da Moeda impediu a emissão de papéis de crédito e determinou o aumento dos preços de produtos agrícolas (KARNAL *et al.*, 2011, p. 76).

A Lei do Selo foi imposta, determinando que qualquer item impresso na colônia deveria ser taxado, e sua validade só seria reconhecida com o selo expedido pela Metrópole. Esta medida foi um estímulo para os protestos que

ocorreram em larga escala pelas colônias. Como resposta, foi redigida a Declaração dos Direitos e Reivindicações, invocando os mesmos direitos que os ingleses residentes na Metrópole possuíam e exigindo a abolição das leis do Açúcar, Moeda e Selo, sendo esta última abolida meses depois (KARNAL *et al.*, 2011, p. 77).

O ponto culminante para o início da ruptura foi a Lei do Chá, onde a Inglaterra concedeu o monopólio do comércio da bebida à Companhia das Índias Orientais, organização destinada a comercializar com os países asiáticos. Essa lei excluiu a elite colonial que lucrava com esse mercado e fez o valor do produto disparar. Em resposta, os colonos invadiram um navio e destruíram centenas de caixas de chá no porto de Boston, Massachusetts. O Parlamento Inglês reagiu decretando:

Várias leis que os americanos passaram a chamar de Leis Intoleráveis. A mais conhecida dela interditava o porto de Boston até que fosse pago o prejuízo causado pelos colonos. A colônia de Massachusetts foi transformada em colônia real, o que emprestava grandes poderes ao seu governador. O direito de reuniões foi restringido. A Inglaterra demonstrava que não toleraria oposições às suas leis (KARNAL *et al.*, 2011, p. 80).

Ao invés da esperada submissão colonial, a Inglaterra encontrou como resposta o início do processo de independência. O Primeiro Congresso Continental em Filadélfia foi convocado para discutir os pedidos de abolição das leis intoleráveis. Insatisfeito com a postura das colônias, o governo inglês ordenou a destruição das provisões militares em Massachusetts, marcando o início das hostilidades entre as colônias e a Inglaterra.

No Segundo Congresso Continental, após debates com a representação de todas as colônias, foi solicitada a redação de um documento de separação. A Declaração da Independência foi apresentada em 4 de julho de 1776, combinando argumentos racionais e religiosos. Também foi elaborado um documento enumerando 27 atitudes inglesas que prejudicaram as colônias e as levaram à separação.

Primeiramente, houve a afirmação pública; em seguida, a continuidade dos conflitos militares entre colonos e ingleses para ratificar o processo de

independência. A guerra durou quase 8 anos, marcada pela violência inglesa, traições por parte dos colonos, neutralidade dos povos originários e a determinação contínua de encerrar o processo. França e Espanha apoiaram a causa dos colonos, e com o apoio militar, a vitória final ocorreu na Virgínia em 1781, com o reconhecimento da emancipação por parte desses dois estados europeus (KARNAL *et al.*, 2011, p. 89-90).

Durante a guerra, nos recém-criados Estados Unidos da América (EUA), não havia um governo central forte, mas sim o Congresso Continental, responsável por analisar as petições dos 13 estados. Simultaneamente, os representantes do Congresso iniciaram debates sobre a estruturação do Estado. O lema escolhido para simbolizar o país foi "*E Pluribus Unum*", do latim "de muitos, um", representando uma nação unificada formada por todas as colônias que lutaram pela independência. A bandeira, com listras vermelhas e brancas representando as colônias e 13 estrelas no canto superior esquerdo sobre um fundo azul, simbolizava os estados originais da União, com estrelas adicionadas conforme novos estados eram incorporados (KARNAL *et al.*, 2011, p. 89-90).

O federalismo foi adotado como forma de Estado, reafirmando a liberdade dos entes que ratificaram a União, enquanto um poder central foi estabelecido para definir políticas nacionais. A forma de governo escolhida foi a república, com um sistema presidencialista, onde o presidente era eleito pelo voto e seu poder era limitado a um mandato temporário, ao invés de ser hereditário e vitalício (JUNQUEIRA, 2001, p. 24).

Além disso, os poderes da república foram divididos conforme as ideias de Montesquieu: o executivo, responsável pela administração pública liderada pelo presidente; o legislativo, composto por um sistema bicameral (Câmara dos Representantes e Senado), responsável por criar leis e fiscalizar o executivo; e o poder judiciário, destinado a garantir direitos individuais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e o estado (KARNAL *et al.*, 2011, p. 93). George Washington, um dos maiores destaques do processo de independência e líder da Convenção Constitucional, responsável por redigir e ratificar a Constituição, foi escolhido como o primeiro presidente da república para liderar o processo de aceitação do texto constitucional. A partir dessas conjunturas, emergiu um

Estado para uma Nação que se desenvolveu desde a chegada dos primeiros puritanos e foi reafirmada à medida que o país buscou sua conformidade (JUNQUEIRA, 2001, p. 28-29).

Houve reflexões sobre os discursos simbólicos que seriam implementados para unir a nova sociedade. Os principais articuladores do processo de independência - George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, John Addams - foram consagrados como "Heróis da Nação", evocando um passado comum e uma convicção de que seus habitantes eram parte de um povo virtuoso e defensores da liberdade, em contraste com a antiga Metrópole (JUNQUEIRA, 2001, p. 35-37).

Esse passado resgatou aqueles que romperam com a Inglaterra e, ao fazerem a travessia, iniciaram um novo começo no Novo Mundo, separados dos ingleses. O grupo dos Peregrinos, responsáveis pelo documento *Mayflower Compact*, passou a ser celebrado, e os Heróis da Nação foram reconhecidos como seus herdeiros. Era a manifestação da Providência Divina, quanto ao futuro virtuoso dos EUA.

Os pais fundadores eram vistos como os herdeiros diretos dos peregrinos e assim estabeleceu-se uma espécie de mito da América. O mundo que surgia após a independência era novo, moralmente sólido e com extraordinárias perspectivas pela frente. Como se os anos após a independência fossem anos de um recomeço, como se a História tivesse se iniciado do ponto zero; era uma ruptura histórica, pois o mundo que construíam ali seria o oposto à Europa, exclusivo. Um povo eleito por Deus mostraria a humanidade como criar um país a partir de princípios éticos e moralmente virtuoso. Essa seria a missão providencial. Tal qual um farol para o mundo, aqueles homens acreditavam que estavam não só criando um sistema inédito, mas de alcance universal. Uma criação única, modelo que eles iniciavam e que a humanidade, inevitavelmente iria seguir. Na perspectiva deles, era o único caminho moral possível e qualquer outro modelo estaria na direção errada (JUNQUEIRA, 2001, p. 34-35).

Os estadunidenses passaram a se posicionar como um povo novo e vigoroso e isso refletia em seu sistema político, uma república virtuosa e exemplar. O ideal nacionalista foi suportado pela premissa do direito natural, dado por Deus para que os estadunidenses ampliassem o seu território, seus costumes e a sua cultura. Era como se Deus tivesse dado uma prerrogativa para nação civilizar aqueles que fossem diferentes dela. A avaliação foi feita pelos

próprios estadunidenses que pelo método comparativo determinou todos aqueles que precisavam de sua intervenção.

[...] os norte-americanos se viam como detentores de uma cultura com valores superiores em relação aos outros povos. O mexicano, por exemplo, era tido como inferior ao norte-americano e não apenas diferente deste. Nessa perspectiva em diversos momentos, foram aclamados os direitos dos Estados Unidos e negados os de outros povos e países. Os norte-americanos, afirmando-se possuidores de um preeminente valor social, uma missão excelsa, acreditavam estar predestinados a civilizar qualquer território classificado (por eles mesmos) como incultos (JUNQUEIRA, 2001, p. 51).

Para continuar o seu processo de consolidação, os EUA, se utilizaram de um conjunto de ideais que foram absorvidos pela sociedade estadunidense e serviram como justificativas para as futuras ações imperialistas. Fonseca (2007, p. 172-173) escreveu:

Ao conquistarem a independência e estabelecerem um governo democrático baseado em princípios “universais” e na liberdade religiosa, os norte-americanos acreditavam estar cumprindo a promessa outrora feita pelos primeiros colonos: os Estados Unidos haviam-se tornado uma “cidade na colina”, um paradigma da “ordem celestial”, um modelo de “progresso rumo à perfeição”, um exemplo inspirador para toda humanidade.

2.3. UMA NAÇÃO COM UM DESTINO MANIFESTO

Foi criado um consenso de que o povo e as instituições estadunidenses possuíam virtudes superiores ao resto do mundo, e que a missão dada por Deus à nação era redimir e refazer o território do oeste à imagem da jovem América. Essas ideias já eram recorrentes e defendidas por grupos políticos quando o termo "Destino Manifesto" foi cunhado pelo jornalista estadunidense John O'Sullivan, em um artigo intitulado "Annexation" em 1845, onde, em tom retórico, defendeu os valores de sua nação e a anexação do território do Texas à União.

O texto de John O'Sullivan uniu mitos, símbolos e conceitos políticos, religiosos e imperialistas que motivaram os EUA a iniciar seu processo de expansão territorial e nacional. Houve exaltação das qualidades superiores dos EUA, advertências às nações rivais e reafirmações das vontades divinas quanto ao pleno desenvolvimento industrial e econômico estadunidense. O Texas, que

antes pertencia ao México, declarou sua independência após invasões de colonos e, após 10 anos de negociações, aderiu à União. Essa ação é descrita no texto e “se enquadra na querida e sagrada designação de nosso país¹” (O’SULLIVAN, 1845, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Num espírito de interferência hostil contra nós, pelo objeto declarado de frustrar a nossa política e dificultar o nosso poder, limitando a nossa grandeza e verificando o cumprimento de nosso **destino manifesto** de espalhar-se pelo continente atribuído pela **Providência Divina** à liberdade e o desenvolvimento dos nossos milhões que se multiplicam anualmente² (O’SULLIVAN, 1845, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

A partir de explorações de reconhecimento nos Apalaches, foram anexados os territórios que compreendem os estados de Vermont, Kentucky e Ohio. As tensões entre Napoleão Bonaparte e os europeus levaram a França a vender o território da Louisiana, que foi então anexado à União. Em meio a esse processo, uma expedição de reconhecimento foi solicitada pelo governo central. Esta incursão foi responsável por descrever e mapear o território, rios, acidentes geográficos e grupos originários até então desconhecidos, fornecendo informações valiosas para possibilidades comerciais e a expansão do território (JUNQUEIRA, 2001, p. 42).

Havia uma atmosfera expansionista em toda a população estadunidense. Grupos políticos, jornais e cidadãos comuns debatiam fascinados sobre as possibilidades de a república se tornar continental. Em seguida, as atenções voltaram-se para o território da Flórida, que pertencia à Espanha, mas que era de extrema importância política e econômica devido à sua proximidade com o oceano Atlântico e o mar do Caribe, além de conectar por vias fluviais regiões como Alabama, Mississippi e Geórgia, facilitando o escoamento de mercadorias (JUNQUEIRA, 2001, p. 44).

A Flórida foi anexada através de negociações entre os EUA e a Espanha. Conforme grupos foram se estabelecendo em terras ocupadas por povos

¹ She comes within the dear and sacred designation of our Country.

² In a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions.

originários, estes reagiram violentamente à invasão de seus territórios, levando o Governo Federal a decidir pela eliminação dessa ameaça. Para os grupos dominantes, "os índios eram vistos como selvagens, guiados exclusivamente por instintos" (JUNQUEIRA, 2001, p. 47). Assim, era considerado impraticável conviver pacificamente com eles, e a remoção por meio de massacres ou o direcionamento para reservas destinadas a isolá-los tornaram-se práticas comuns.

Outras ideias foram colocadas em prática. Foi feita uma alusão bíblica entre Adão e o paraíso descrito na Bíblia com o Oeste que estava sendo anexado, associando as virtudes do povo conquistador. Aqueles que atravessavam os Apalaches para conquistar novas terras eram vistos como um "novo homem", autônomo, determinado e ativo, destinado a um futuro glorioso, em contraste com os europeus vistos como presos a realidades ultrapassadas. O Oeste conquistado era vendido por políticos e jornais como "um paraíso extraordinário, com vastas pradarias e grandes planícies ideais para o povoamento" (JUNQUEIRA, 2001, p. 50).

Figura 1 – Progresso Americano (American Progress)



Fonte: GAST (c2024).

A imagem acima foi um símbolo produzido pelo pintor John Gast a respeito da conquista e modernização do Oeste. A historiadora Martha A. Sandweiss escreveu:

Columbia, uma personificação [feminina] dos Estados Unidos, é mostrada liderando a civilização para o oeste com os colonos americanos. Ela é mostrada trazendo luz de leste a oeste, amarrando fios telegráficos, segurando um livro escolar e destacando diferentes estágios da atividade econômica e formas de transporte em evolução. À esquerda, os indígenas americanos são deslocados de sua terra natal ancestral (SANDWEISS, 2024, não paginado).

Além do que Martha A. Sandweiss escreveu, é possível observar confrontos entre o Leste e o Oeste a partir das reflexões de Fonseca (2007). O Leste representa o Jardim de Deus e o progresso, simbolizados por um céu claro, em oposição à natureza selvagem e traiçoeira, representada por um céu escuro no Oeste. Os colonos são retratados como o grupo escolhido por Deus, enquanto os povos originários e os animais da região representam o que precisava ser combatido. Essa é uma representação do impulso implacável dos estadunidenses em conquistar e compartilhar os valores de sua sociedade.

A corrida do ouro, foi outro momento de intensa movimentação humana entre as terras pertencentes aos EUA e as dos povos originários e do México. E serviu como justificativa para o governo estadunidense anexar a região da Califórnia à União. Ao final do processo, foi constatado que não havia tanto ouro como o esperado, contudo, esse movimento, criou mais um fascínio mítico nas terras do oeste, onde era reafirmada as virtudes do povo estadunidense e a sua predestinação para enriquecer e conquistar a terra (JUNQUEIRA, 2001, p. 56).

Figura 2 – Anúncio da Ship Califórnia



Fonte: NESBITT; CO. PRINTER (18--).

Com jornais e governo enaltecendo as terras da Califórnia, não foi apenas trabalhadores que foram provocados pelo desejo de alcançá-las. A elite estadunidense também voltou suas atenções para a região, que fez prosperar inúmeros comércios, inclusive o marítimo. No anúncio da *Ship California*, são exaltados o esplendor e o conforto dos navios, que também apresenta indicações de quem os produziu e de quem os capitaneiam. Além disso, há a representação das minas e o trabalho feito para se alcançar o ouro.

Foi um período de expansão vertiginosa do território e dos ideais que sustentavam o Destino Manifesto. Junto a isso, as preocupações e tensões no que se referia ao sistema econômico e de mão de obra entre os antigos territórios do norte e do sul continuaram enraizadas no espectro político. A manutenção da escravidão era uma adversidade que culminou na Guerra de Secessão. A anexação de grandes territórios trouxe um senso de rivalidade sobre qual sistema econômico o novo ente apoiaria, resultando no desequilíbrio de poder entre os escravocratas e os abolicionistas.

Os estados do Norte possuíam uma economia variada e dinâmica, com predominância dos pequenos agricultores. A industrialização teve início nessas regiões, promovendo a expansão de maquinários e a utilização de mão de obra

assalariada. A elite política e econômica era composta por grandes comerciantes, empresários e banqueiros.

Os homens ligados à indústria e ao comércio ou agricultura mecanizada desenvolveram uma concepção de mundo burguesa. Nessa visão, o lucro na qual os empreendimentos comerciais e industriais eram predominantes incentivava os indivíduos a investir em propriedades privadas e a multiplicar o seu patrimônio. Os nortistas rejeitavam a perspectiva aristocrática e hierarquizada dos sulistas para os quais outros valores eram mais importantes no desenvolvimento das atividades econômicas e na opção pelo estilo de vida (JUNQUEIRA, 2001, p. 69).

Nos estados do Sul, desde a colonização, a dominância era dos grandes monopólios, com pessoas trabalhando na condição de escravidão nas terras. Monoculturas como arroz, tabaco e anil eram produzidas em larga escala, até serem substituídas pelo algodão. O comércio escravocrata desempenhava um papel considerável na manutenção das fortunas dos senhores do Sul.

A elite sulista era formada por grandes fazendeiros, donos de muitos escravos, e pelos grandes comerciantes das casas exportadoras e importadoras (os quais mantinham negócios com os fazendeiros e, portanto, dependiam também do sucesso do sistema agrícola vigente). O setor médio urbano do Sul não era numeroso e nem possuía grande peso político (JUNQUEIRA, 2001, p. 71).

Além das disputas sobre qual modelo econômico os estados recém-incorporados à União iriam adotar, questões tarifárias e de impostos foram colocadas em pauta. O debate sobre como as terras conquistadas seriam disponibilizadas para venda e qual seria o papel do Banco Central nas questões econômicas inflamou as discussões na Câmara dos Representantes. O Sul defendia tarifas mais baixas, uma moeda desvalorizada e a venda de terras a preços reduzidos, mecanismos que favoreciam a região, mas divergiam dos interesses do Norte e de seus setores econômicos (JUNQUEIRA, 2001, p. 72-74).

Da mesma forma, o movimento abolicionista agitou as crescentes tensões entre as duas regiões. Dentro do mito do excepcionalismo americano, os brancos eram vistos como superiores aos negros, reservando toda a glória destinada por Deus a um único grupo. Princípios como liberdade, igualdade, democracia e

direito ao voto foram criados para os brancos e negados aos negros. Sociedades que defendiam o fim da escravidão foram fundadas, e figuras proeminentes da sociedade americana aderiram aos movimentos que denunciavam os males da escravidão (JUNQUEIRA, 2001, p. 76).

O debate sobre a escravidão invadiu o cenário político e incendiou a eleição presidencial de 1860. De um lado estava Stephen Douglas, do Partido Democrata, fundado em 1828, e do outro lado estava Abraham Lincoln, do Partido Republicano, fundado em 1854. Lincoln era favorável aos princípios de solo livre, trabalho livre e homens livres, ideais que o levaram à vitória nas eleições com amplo apoio do Norte. Durante a campanha, ele proferiu um discurso conhecido como a "Casa Dividida", que ressoou por todo o país. O cerne do discurso girava em torno da impossibilidade de dois modelos econômicos tão distintos continuarem sob um mesmo governo (KARNAL *et al.*, 2011, p. 130).

As tensões entre os dois modelos econômicos ruíram de vez com a eleição de Abraham Lincoln. O Sul, demonstrou de forma feroz o seu descontentamento, pois o viam como "um verdadeiro abolicionista" (KARNAL *et al.*, 2011, p. 130) e uma ameaça real ao modelo de vida sulista. Entre a eleição e a posse dele, de forma unilateral 7 estados do Sul: Carolina do Sul, Mississippi, Flórida, Geórgia, Alabama, Louisiana e Texas, se separaram da União de forma unilateral. Em Montgomery, no Alabama, foi instituída uma Assembleia Constituinte e foi formado os Estados Confederados da América (JUNQUEIRA, 2001, p. 79).

A constituição de 1789, foi abandonada e uma nova foi escrita declarando a primazia da escravidão e a garantia de impostos de importação reduzidos. Quando o governo central optou por mobilizar as tropas para conter a insurgência, outros estados aderiram pela secessão: Virgínia, Arkansas, Carolina do Norte e o Tennessee. Também foi escolhido como presidente Jefferson Davis, um grande fazendeiro escravocrata e a capital foi instalada em Richmond, na Virgínia (JUNQUEIRA, 2001, p. 80).

Em todo o território estadunidense, eclodiu a Guerra de Secessão. O Governo Central, apoiado pelos estados do Norte, defendia a manutenção da

União e o contínuo processo de abolição da escravidão. Já os Estados Confederados defendiam a preservação de seus estilos de vida e tradições. Para eles, a conservação desses aspectos estava diretamente ligada à manutenção da escravidão, e não admitiriam que ninguém ameaçasse essa instituição e seu poder de autodeterminação.

Desde o início, o conflito se mostrou desfavorável para o Sul devido ao menor tamanho de seu exército e aos investimentos inferiores em relação aos estados do Norte. Contudo, isso não diminuiu a determinação de prosseguir com os embates:

Aos poucos, o investimento exigido pela guerra e a falta de recursos foram devastando o sul. Na esperança de contar com o apoio europeu na guerra, as autoridades confederadas, em vez de exportar o algodão e usufruir dos lucros, cancelaram as vendas, pensando que, assim, poderiam forçar, por exemplo, a entrada da Inglaterra ao seu lado contra as tropas da União. Mas ingleses tinham um ano de estoque do produto e os franceses se negaram a ajudar os sulistas sem o apoio inglês. Além disso, Lincoln proibiu a entrada e saída de produtos sulistas, dificultando a chegada de bens de primeira necessidade tanto para a população do Sul quanto para as tropas que se viam cada vez mais sem armas, roupas e famintas. Assim, as fugas do serviço militar foram intensas e, somadas às vitórias nortistas, em 1863, cerca de um terço das tropas sulistas abandonaram o campo de batalha, forçando, inclusive, alguns senhores a convocar escravos para formar o exército. Essa medida foi um verdadeiro suicídio do regime escravista, pois seria insustentável manter essa irônica situação: escravos lutando em nome de uma região que os condenava aos maus-tratos e ao trabalho compulsório (KARNAL *et al.*, 2011, p. 133).

A utilização de pessoas na condição de escravidão como soldados em ambos os lados gerou muitos debates no cenário político, mostrando que a manutenção da escravidão seria insustentável. Temendo o impacto em sua popularidade caso adiasse uma decisão, Lincoln assinou em 1863 a Lei da Emancipação, que libertou todos os escravos. Como os Estados Confederados não reconheciam a autoridade da União, a emancipação ocorreu paralelamente às vitórias das tropas do Norte. Pouco depois, uma emenda constitucional foi ratificada para proibir a escravidão em todo o território estadunidense (KARNAL *et al.*, 2011, p. 133).

O ano de 1865 marcou o fim da Guerra de Secessão. As últimas resistências do Sul foram capturadas e a União emergiu vitoriosa. Com o colapso

dos Estados Confederados, o presidente Jefferson Davis foi capturado, a constituição dos Estados Confederados foi invalidada e os 11 estados rebeldes foram readmitidos na União. No mesmo ano, Abraham Lincoln foi alvejado e assassinado por um simpatizante dos Confederados. Esse evento marcou o fim do conflito militar mais letal e custoso para os EUA (JUNQUEIRA, 2001, p. 84; KARNAL *et al.*, 2013, p. 136).

A população e os grupos políticos voltaram-se para o futuro, centrando-se na reconstrução do país e na reintegração dos Estados do Sul à União. Muitas cidades haviam sido destruídas, a economia do Sul estava em ruínas e surgia uma questão crucial: qual seria o papel dos libertos na sociedade? Politicamente, havia grupos moderados que defendiam uma inclusão gradual da população negra nos direitos civis, enquanto outros sustentavam que o acesso a esses direitos deveria ser imediato (JUNQUEIRA, 2001, p. 84).

Ainda no debate político, havia correntes partidárias que defendiam a punição e a submissão dos estados do Sul por terem deliberadamente abandonado a União; outras defendiam a manutenção dos poderes estaduais, visando evitar o risco de revanchismo. Tensões permeavam o poder executivo e legislativo, ambos desejosos de protagonismo no processo de reorganização dos EUA. Prevaleceu a segunda corrente, com os poderes estaduais plenamente restabelecidos e dominados pela população branca; uma série de leis foi promulgada para negar os direitos civis da população negra (JUNQUEIRA, 2001, p. 85).

Durante os conflitos, os símbolos e conceitos absorvidos pela população sobre a grandiosidade para a qual eles foram predestinados foram temporariamente eclipsados. Com a determinação de reconstruir a nação, essas ideias foram revitalizadas e serviram como combustível para a modernização do país e a intensificação de uma política intervencionista e expansionista global naquele momento.

Ainda no período de reconstrução do país, foi elaborada a versão de que os Estados Unidos eram uma nação indivisível e a guerra fora, portanto, um acontecimento inevitável. Mais que isso: afirmava-se que fora uma “guerra necessária”, pois o país – para manter a sua unidade e cumprir o seu “destino” – precisava pôr fim à escravidão, sistema que “corrompia os princípios morais norte-americanos”. Nessa perspectiva determinista, a nação poderia agora – dirigir-se rumo ao “destino” de

sucesso que lhe reservava a Providência (JUNQUEIRA, 2001, p. 91).

Nos últimos 40 anos do século XIX, os EUA presenciaram um desenvolvimento político, econômico e industrial acelerado. As ferrovias já eram utilizadas em larga escala, principalmente nos estados do Norte. Contando com a mão de obra da população mais pobre, que havia sofrido horrores durante a Guerra de Secessão, iniciou-se a construção de uma extensa malha ferroviária, conectando todo o país por trilhos em poucos anos.

A indústria já possuía grande relevância econômica antes do conflito. Durante a guerra, devido à necessidade de armas, munições, roupas, calçados e escoamento das mercadorias, houve um fortalecimento da produção. Outro aspecto observado foi a escassez de mão de obra, o que impulsionou o processo de mecanização nos anos seguintes, contribuindo significativamente para a geração de grandes fortunas e o enriquecimento do país.

Esse período também viu surgir uma elite capitalista familiar e restrita na sociedade estadunidense, criando empresas que se tornaram monopólios e dominaram todo o processo produtivo. Essas conquistas serviram para reforçar novamente os símbolos míticos dos EUA, aproveitados por jornais e políticos para difundir um estilo de vida que consideravam exclusivamente americano (JUNQUEIRA, 2001, p. 98).

No contexto político, aprofundou-se o debate sobre a democracia estadunidense e a responsabilidade do país em estendê-la para o restante do planeta. O Destino Manifesto ganhava novos contornos quando os EUA iniciaram conflitos militares para libertar as últimas colônias americanas ainda sob domínio europeu. Discussões políticas surgiram sobre como os EUA propagariam seu modo de vida, política e religião. Fonseca (2007, p. 175) cita o discurso do senador estadunidense Albert Beveridge: "Não podemos recuar de nenhum território onde a providência divina desfraldou nossa bandeira; é nosso esse território para salvá-lo em nome da liberdade e da civilização".

Havia uma compreensão coletiva de que os EUA, como produto da providência divina, seriam agraciados pelas bençãos de Deus em todas as suas ações. "Decorre daí que, caso os Estados Unidos decidissem conquistar territórios em outras partes do mundo, estariam na realidade resgatando-os de

seu destino sombrio e abençoando-os com a liberdade e a civilização" (FONSECA, 2007, p. 175).

Simultaneamente à concretização dos ideais do Destino Manifesto, os organismos sociais estavam em efervescência. As denominações protestantes, em pleno avivamento espiritual, criaram estruturas missionárias que enviaram emissários para países considerados atrasados devido ao "despotismo nativo ou imperialismo europeu" (MENDONÇA, 2008, p. 96), levando a salvação espiritual, o desenvolvimento econômico e o crescimento social através do contato com a cultura e a mentalidade reformada e protestante.

Antônio Gouvêa de Mendonça, ao escrever a respeito do empreendimento missionário na América Latina observou que ele foi responsável por abrir caminho para o expansionismo político e econômico estadunidense no contexto do Destino Manifesto. As denominações protestantes possuíam:

A profunda convicção alimentada pelos americanos de que a sua nação tinha sido escolhida para uma missão universal foi nutrida e sustentada através da Guerra Civil, e recebeu um novo batismo de poder no período que se seguiu. Muitas forças se combinaram para exaltar o papel do "**Destino Manifesto**" na consciência americana. A partir do darwinismo, os americanos tiveram a intuição de que pela seleção natural os Estados Unidos tinham se tornado uma nação superior destinada a dirigir os povos mais fracos. As filosofias idealistas enfatizavam a capacidade natural do homem e, interpretada a história em termos de progresso, tudo vinha favorecer a ideologia expansionista. Num período em que as nações europeias expandiam seus interesses imperialistas pela África, Ásia, América Latina e Pacífico, os americanos se sentiram comissionados para estender as bênçãos da civilização cristã e o governo democrático (MENDONÇA, 2008, p. 94, grifo nosso).

O Brasil não foi isento das iniciativas missionárias. Presbiterianos, metodistas, congregacionais, batistas e luteranos enviaram centenas de homens e mulheres que, ao se estabelecerem no território brasileiro, colocaram em prática uma série de estratégias com o objetivo declarado de alcançar a sociedade brasileira e compartilhar os benefícios do estilo de vida estadunidense, marcado pelo patriotismo, liberdade, democracia e protestantismo.

3. EMPREENDIMENTO PROTESTANTE ESTADUNIDENSE E O SEU ESTABELECIMENTO NO BRASIL

Neste capítulo, será abordada a influência econômica e política estadunidense após a Guerra Civil, bem como as estratégias de inserção do empreendimento protestante, tanto na dimensão da imigração quanto da missão. A educação, compartilhada pelas denominações protestantes, é destacada como um ponto de assimilação do ideário estadunidense pela população brasileira.

3.1. EM NOME DO PAI, O EMPREENDIMENTO PROTESTANTE

O empreendimento protestante foi uma das ferramentas utilizadas pelo Estado estadunidense para expandir sua influência política, econômica e seu ideário de civilização. Nos EUA, prevalecia a ideia da religião civil: por um lado, os valores republicanos de democracia e liberdades eram cultuados como virtudes de sua sociedade; por outro lado, havia um encorajamento à concepção de que seus habitantes deveriam possuir uma religião e que elas deveriam coexistir pacificamente, concentrando esforços para o desenvolvimento da nação e da sociedade (REINHARDT, 2011, p. 29).

Na sociedade, existia uma consciência coletiva de que havia uma divisão clara entre o estado secular e a religiosidade professada pelos habitantes. Ao mesmo tempo, as argumentações religiosas eram utilizadas como pilares de sustentação para justificar os valores, virtudes e moral dos estadunidenses, refletindo em suas instituições representadas pelo sistema republicano instituído pelos pais fundadores.

Ao analisar a conjuntura da religião e da liberdade nos EUA, Tocqueville (2005, p. 48) escreveu:

Já argumentei o suficiente até aqui para enunciar a característica mais vital da civilização anglo-americana. Ela é o produto (e esse ponto deve sempre ser lembrado) de dois elementos distintos, que alhures geraram conflito, mas que na América conseguiram coabitar. Refiro-me ao espírito da religião e ao espírito da liberdade.

Noll (2002, p. 85) refletiu que essa coexistência, indicada acima por Tocqueville, onde os valores religiosos foram constantemente utilizados para o discurso político, produziu uma amálgama em que a política absorveu valores religiosos e a religião absorveu valores políticos, criando assim um discurso simétrico. Tais misturas contribuíram para que o empreendimento protestante colaborasse e legitimasse o ideário estadunidense.

Segundo Reinhardt (2011, p. 33), uma das primeiras manifestações ocorreu ao fim da Guerra Civil. A afinidade política e social, e um acordo tácito entre o protestantismo e a esfera pública, viabilizaram a estruturação dos interesses expansionistas e da política externa estadunidense, direcionados para a América Latina e Ásia.

Se no passado os EUA utilizaram principalmente sua força militar para cumprir o que consideravam ser a Providência Divina nas terras do Oeste e mexicanas, no último quarto do século XIX, além do aparato militar reestruturado, a inserção de suas influências política e econômica foi refinada, ocorrendo também por meio da imigração, educação e religiosidade.

O protestantismo, comprometido com seus avivamentos, esforçou-se para estabelecer e expandir uma América Cristã pelo mundo. Mendonça (2008, p. 90) destacou que essa atração era baseada na necessidade de desinstitucionalização eclesiástica e conformidade social através da religião, moralidade e educação.

Expandir os ideais de uma América Cristã aproximava-se do propósito do Destino Manifesto, que expressava a missão divina de civilizar aqueles que não compartilhavam do mesmo ideário social e político estadunidense. A partir da organização de empresas missionárias³ pelas denominações protestantes, o trabalho desenvolvido no Brasil foi marcado pelo confronto com o estabelecimento católico, pela introdução de um ideal moral e por um sistema educacional à moda estadunidense.

³ Termo utilizado por Antônio Gouvêa Mendonça (2008, p.95-99) para descrever o chamado missionário que o Estado Estadunidense fez às denominações protestantes para levar além do discurso religioso, o do Destino Manifesto.

As novas formas de produção e acumulação de capital reestruturaram o entendimento do Destino Manifesto pelo governo estadunidense e facilitaram a criação de uma sociedade pragmática baseada na ética protestante, que rejeitava comportamentos considerados improdutivos. O trabalho ganhou uma nova imagem e gerou discussões na sociedade estadunidense sobre o que significava ser "americano", tanto no âmbito doméstico quanto como um ideal a ser compartilhado globalmente.

Theodore Roosevelt, presidente dos EUA entre 1901 e 1909, alguns anos antes de assumir a presidência (1894), publicou um manifesto intitulado "True Americanism", onde argumentou que os E.U.A. "[...] são àquela entre todas as nações da Terra que tem em suas mãos o destino dos próximos anos⁴", devido à posse de "força, coragem e virtude⁵", características essas que seriam as ferramentas necessárias para resolver todos os problemas que enfrentassem (ROOSEVELT, 1894, não paginado, tradução nossa).

Roosevelt continuou defendendo uma postura nacionalista, afirmando que os interesses regionais haviam sido superados e deveriam ser deixados de lado em prol dos interesses nacionais. Ele também refletiu sobre a imigração, argumentando que não era um problema para o desenvolvimento nacional, desde que essa população fosse "americanizada" através de discursos, ideias, princípios políticos e na relação percebida pelos estadunidenses entre Igreja e Estado (ROOSEVELT, 1894, não paginado, tradução nossa).

Para que o inglês e os ideais defendidos por Roosevelt predominassem na sociedade estadunidense, a educação tornou-se um pilar essencial. Grandes investimentos foram feitos na área educacional, e os americanos foram desencorajados de enviar seus filhos para estudar no exterior: "O americano que pretende fazer o seu caminho na América deve ser criado entre seus compatriotas americanos⁶" (ROOSEVELT, 1894, não paginado, tradução nossa).

⁴ Our nation is that one among all the nations of the earth which holds in its hands the fate of the coming years.

⁵ [...] the strength, the courage, and the virtue.

⁶ [...] that the American who is to make his way in America should be brought up among his fellow Americans.

Como parte de seus esforços para estender sua influência política para a América Latina, o governo dos EUA investiu pesadamente em seu aparato militar e foi responsável por intervenções regionais, como as ocorridas em Cuba, Venezuela, Panamá e Nicarágua. Essas intervenções, para o governo estadunidense, não visavam apenas a aquisição de territórios, mas também a preservação da civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso, motivadas também por interesses comerciais, econômicos e financeiros (MILANI, 2011, p. 70).

Em relação ao Brasil, os EUA fizeram seu primeiro aceno diplomático ao reconhecer a independência brasileira na década de 1820. Nesse período, o governo estadunidense iniciou sua retórica de que o continente americano não possuía mais espaço para a imposição colonial europeia. Embora o sistema político brasileiro destoasse do restante da América Latina e houvesse reticências por parte dos estadunidenses, havia um entendimento da importância de manter os canais diplomáticos acessíveis.

Milani (2011, p. 69) apontou que durante o Império, o Brasil, ao mesmo tempo que se mantinha alinhado às monarquias europeias, tinha alguns interesses mútuos com os EUA, como barrar a influência britânica no continente americano. À medida que o Segundo Reinado prosperou, outras dimensões encontraram caminhos em comum entre as duas nações e se aprofundaram quando os ideais republicanos começaram a prosperar em solo brasileiro.

O capital simbólico associado à política estadunidense contribuiu para a construção imagética da república brasileira. Em 1870, foi publicado o Manifesto Republicano, no qual foi declarado: “nós somos americanos e queremos ser americanos”, fazendo uma clara menção aos dizeres de James Monroe, presidente estadunidense entre os anos de 1817 e 1825. O documento continuou afirmando que a forma de governo do Brasil era “antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos”.

Carvalho (1990, p. 13-14) registrou que a construção identitária republicana brasileira se deu a partir de dois modelos: o francês e o estadunidense. O modelo francês possuía um rico arsenal simbólico a partir do projeto revolucionário que derrubou o antigo regime, sugerindo que o Brasil

poderia passar pelo mesmo processo. Por outro lado, o modelo estadunidense, que havia passado por um processo revolucionário que moldou a sociedade e preparou-a para a independência e instituição da república, apresentava um simbolismo distante da realidade brasileira.

Apesar disso, Carvalho (1990, p. 24-25) constatou que a construção do ideário republicano brasileiro foi influenciada pelo modelo estadunidense. Embora o Brasil, com suas particularidades, tenha estabelecido um regime profundamente autoritário e distinto do estadunidense no que se referia ao seu funcionamento prático, o presidencialismo, o federalismo e a constituição dos poderes tinham premissas análogas.

O advento da República trouxe mudanças na relação brasileira com os EUA, não apenas porque a partir daquele momento o ideal republicano era compartilhado entre as duas nações, mas também como uma forma de legitimar o novo regime instalado no Brasil, combinado aos interesses econômicos de ambos os países (MILANI, 2006, p. 70).

Antes que ocorresse a alteração de governo e isso contribuísse plenamente para o intercâmbio de influências, houve imigração de estadunidenses para o Brasil com o propósito de se estabelecerem. Os habitantes da América Confederada, insatisfeitos com o pós-Guerra Civil, somados ao interesse econômico brasileiro em produzir algodão, propiciaram um contexto migratório no qual milhares de pessoas se estabeleceram no território brasileiro com ideais estadunidenses e protestantes definidos (DIAS FILHO, 2015, p. 4).

Simultaneamente, à medida que a sociedade estadunidense absorvia o capital simbólico construído entre sua estrutura política e o protestantismo, as organizações sociais estavam em constante debate sobre o papel que deveriam desempenhar. As denominações protestantes passaram por grandes agitações para a expansão do evangelho e, conseqüentemente, do ideário estadunidense.

O protestantismo nos EUA criou para si o encargo de estabelecer uma sociedade cristã modelo que pudesse ser replicada em outros países. Mendonça (2008, p. 56) argumentou que esse modelo cristão estava baseado na religião protestante, na moralidade idealizada pelos estadunidenses e na educação

como formas de se conectar ao divino e criar uma mão de obra para o sistema econômico industrializado em prática.

Na população estadunidense, predominava a compreensão de que religião e civilização estavam unidas em uma América Cristã, onde Deus agia através dos povos escolhidos. Com essa visão compartilhada, as denominações protestantes, embora possuindo particularidades teológicas, estavam próximas umas das outras e aceitavam a cooperação de bom grado, pois o resultado seria “uma população religiosa, livre, letrada, trabalhadora, honesta e obediente às leis” (MENDONÇA, 2008, p. 92-93).

A partir das reflexões de Clifton E. Olmstead, Mendonça (2008, p. 96) argumentou que os missionários “foram chamados para promover o avanço da influência política americana no sentido de salvar os países atrasados do despotismo nativo ou do imperialismo europeu”. Os estadunidenses entendiam que parte da demora no pleno desenvolvimento da América Latina se devia à presença católica, cabendo a eles confrontar e compartilhar ideais pautados em valores republicanos e democráticos que conduziriam os habitantes ao pleno desenvolvimento.

3.2. O PROTESTANTISMO DE MISSÃO NO BRASIL

O protestantismo desenvolvido no Brasil apresentava dois modelos distintos e com variados propósitos. A imigração de estadunidenses para o Brasil, após o início da Guerra Civil, resultou em pedidos dos colonos às denominações protestantes para que enviassem missionários, a fim de suprir as carências religiosas. Já as empresas missionárias, constituídas como uma ferramenta de pregação e conversão, tinham o claro objetivo de romper o monopólio católico instalado há séculos no território brasileiro (DIAS FILHO, 2015, p. 9; MENDES, 2016, p. 25).

Os EUA foram parcialmente destruídos pela sua Guerra Civil, um conflito militar que visava decidir qual modelo de vida e econômico seria uniformizado na sociedade estadunidense. A região mais afetada foi aquela que englobava os Estados Confederados, que foram dominados e submetidos ao modelo

idealizado pelos Estados que permaneceram na União (DIAS FILHO, 2015, p. 4).

À medida que a guerra avançava e o Sul estadunidense era parcialmente arruinado, seus habitantes começaram a procurar alternativas, visto que, para eles, era inviável a restauração de seus costumes e estilos de vida. Os anseios dos Confederados coincidiam com os do Brasil, que na época estava bastante interessado em importar mão de obra especializada no cultivo de algodão (CAVALCANTI, 2001, p. 72).

Nesse mesmo período, o Brasil passava por pressões internas por parte do Partido Liberal, que exigia mudanças como aumento da fronteira exploratória, expansão do comércio exterior e reconstrução do sistema econômico. Havia um entendimento de que o incentivo à imigração poderia solucionar parte dos problemas indicados. Nesse sentido, foi promulgada uma lei que, de forma sintética, deu garantias àqueles que queriam migrar (DIAS FILHO, 2015, p. 7).

Paralelamente às movimentações partidárias, o Brasil passava por uma inovação tecnológica até então não vista. O pensamento europeu, baseado no iluminismo e positivismo, passou a influenciar parte da sociedade brasileira, e o legislativo brasileiro aprovou leis a favor das indústrias, do desenvolvimento ferroviário e das comunicações. O contexto econômico e desenvolvimentista proporcionou um terreno progressista e, até certo ponto, aberto a novas ideias (CAVALCANTI, 2001, p. 68-69).

Os primeiros estadunidenses que chegaram ao Brasil se dispersaram entre o Vale do Ribeira, Iguapé, no litoral paulista, e a região de Campinas. Com eles, vieram seus costumes, ideais e religiosidade. À medida que os assentamentos prosperaram, iniciou-se o intercâmbio entre eles e as denominações protestantes localizadas nos EUA, solicitando o envio de missionários e pastores para que recebessem "assistência espiritual" (DIAS FILHO, 2015, p. 7-8).

Essa assistência espiritual estava pautada não apenas no contexto litúrgico, mas também como forma de legitimar casamentos, nascimentos e batizados daqueles que professavam o protestantismo, os quais não eram realizados nem reconhecidos pela Igreja Católica. Esses imigrantes tinham

dificuldades até mesmo para enterrar seus mortos, pois os cemitérios eram destinados àqueles que professavam a fé católica (ALMEIDA, 2002, p. 5; RODRIGUES, 2017, p. 129).

Goldman (1972, p. 167) escreveu que havia uma clara intenção desses estadunidenses em preservar seus costumes, tradições, língua e religião. A partir desses objetivos, foi orgânico o enraizamento do ideário estadunidense nessas comunidades. Com o envio de missionários, foi possível primeiramente estabelecer o culto religioso e, em seguida, outros aspectos entendidos como importantes para essa sociedade.

Mendonça (1984, p. 101 *apud* DIAS FILHO, 2015, p. 15) apontou o ensino informal, no contexto das escolas paroquiais, como um dos alicerces iniciais do desenrolar educacional e social da região:

A grande presença de confederados na região fez com que esse tipo de ensino informal acabasse por ser prioridade, tendo como regra privilegiar a educação familiar envolvendo os membros da própria comunidade de imigrantes. O compromisso assumido era de educar as crianças dos imigrantes na trilha religiosa e no caminho das primeiras letras.

Apesar de o objetivo central da migração não ter sido compartilhar o ideário estadunidense com os brasileiros, mas sim mantê-lo vivo nos limites de sua comunidade, à medida que o grupo se desenvolveu e criou vínculos com as denominações protestantes nos EUA, a expansão desse ideário para além de suas fronteiras ocorreu de forma orgânica. Inicialmente, isso supriu as necessidades dos estadunidenses assentados, e posteriormente foi absorvido pela sociedade brasileira que os cercava.

As duas principais dimensões influenciadas foram a educação, por meio de colégios estruturados com currículos e metodologias importados dos EUA, e a economia, com a introdução de novas tecnologias e cultivos que possibilitaram uma revolução agrícola no território brasileiro. Em relação a questão comportamental, Almeida (2002, p. 5) constatou que os grupos de imigrantes e os missionários enviados:

Modificaram hábitos e costumes entre os moradores da província e

veicularam novos valores morais éticos, além de introduzirem os mesmos ideais democráticos e liberais que abraçavam em seus países de origem, muitas vezes transformando comportamentos sociais e políticos de exploração de raça e classe, próprios de uma elite detentora do poder local, possuidora de uma mentalidade escravagista e dominadora.

Já as empresas missionárias constituídas pelas denominações protestantes estadunidenses tinham uma distinta intencionalidade ao enviar missionários para o Brasil: romper com o *establishment* católico romano existente há mais de 300 anos. Além de compreenderem as profundas diferenças teológicas entre o catolicismo e o protestantismo, acreditavam que a religião oficial do Estado Brasileiro era “portadora e legitimadora de regimes políticos antagônicos aos ideais norte-americanos” (MENDONÇA, 2008, p. 117).

Essa visão política das empresas missionárias estava enraizada no conceito do Destino Manifesto, que atribuía aos EUA a responsabilidade de compartilhar seu sistema político e moral, considerado superior, com outras nações. O projeto tinha marcas de evangelização, expansão e civilização.

A evangelização estava assentada na percepção de uma América Cristã, representada pelo protestantismo. Tocqueville descreveu que, para os estadunidenses, não era importante que os cidadãos professassem a “verdadeira religião”, mas que tivessem uma religião (protestante). A expansão simbolizava o poder político e econômico dos EUA sobre outras nações. A civilização, como um projeto civilizador, visava superar o atraso social com a absorção dos ideais nacionais estadunidenses, fundamentados na liberdade, republicanismo, protestantismo e acesso a uma educação de qualidade (DIAS FILHO, 2015, p. 14).

Cavalcanti (2001, p. 74) apontou que os missionários protestantes se mantiveram ligados à sua cultura de origem, “pregando no Brasil a importância da liberdade religiosa, da supremacia econômica do mercado, da educação como processo de formação de uma cidadania responsável e do progresso através da ciência”.

Tinham a clara convicção de que o protestantismo daria as condições necessárias para que os brasileiros tivessem acesso aos “ideais da democracia, do individualismo, da igualdade de direitos civis e da liberdade intelectual e

religiosa”, como nos EUA. As críticas também se estendiam ao sistema educacional, visto como ultrapassado, por não dar subsídios para o livre pensamento crítico. Perguntavam: “sem a liberdade de pensar na prática da fé, como poderiam os brasileiros entender a democracia?”

Quando os missionários começaram a chegar ao Brasil, encontraram uma religião oficial, um sistema de governo monárquico, um sistema educacional com baixo alcance e a maioria da população analfabeta, realidades bem distintas das encontradas nos EUA. No entanto, Almeida (2002, p. 3-4) destacou que esses missionários encontraram “elementos favoráveis à sua implantação, mesmo considerando-se as inevitáveis perseguições por parte do clero católico”.

Revisitando estudos já publicados, percebe-se que cada denominação protestante encontrou seu método, embora alguns pontos sejam convergentes. Batistas, Presbiterianos e Metodistas compartilharam um contexto social onde a construção de igrejas, escolas e espaços comunitários se fez presente.

Pires (2013, p. 37), baseando-se na pesquisa de Maria Lígia Rosa Carvalho, descreveu que a estratégia Metodista estava pautada na “fundação de congregações, tanto no interior quanto nas capitais dos estados, a criação de uma imprensa para a divulgação religiosa, a montagem de uma rede de pregadores itinerantes, a fundação de seminários e o estabelecimento de uma verdadeira rede de ensino metodista”.

A tática presbiteriana era manter “as congregações pequenas, voltadas para as necessidades espirituais das elites urbanas e da aristocracia rural”. O processo de formação pastoral era extenso e aprofundado, refletindo no interesse dos missionários para que os brasileiros tivessem o mesmo nível de educação e a comunicação se mantivesse nivelada. Utilizando ferramentas de difusão, jornais presbiterianos exaltavam “o sucesso do capitalismo norte-americano e as virtudes do estilo de vida daquela nação” (CAVALCANTI, 2001, p. 74-77).

O método batista na primeira onda missionária focou na população mais pobre e rural. Na segunda onda, anos depois, expandiu-se para os grupos populacionais médios nas cidades, além de fazer esforços para expandir sua denominação onde outras estavam tendo sucesso. Investiram na área de

divulgação por meio de periódicos e se preocuparam com a formação de seus pastores e o fortalecimento da educação para os brasileiros (CAVALCANTI, 2001, p. 77-80).

Um ponto convergente entre as missões era a utilização extensiva de impressos na divulgação da teologia protestante, produzidos pelos próprios missionários. Jornais, boletins denominacionais de circulação restrita ou nacional, folhetos evangelistas, livretos doutrinários, hinários e materiais de educação religiosa permitiram que a teologia protestante alcançasse um número de pessoas que apenas as igrejas não conseguiriam.

Os impressos também foram utilizados para confrontar decisões e atitudes da Igreja Católica. Havia um interesse em apontar aquilo que os protestantes entendiam como errado ou contraditório nas decisões católicas. Em algum momento, tornou-se um diálogo, onde católicos escreviam e os protestantes replicavam, e vice-versa.

Apesar de haver gradações concretas entre as denominações protestantes, a questão educacional era central para todas elas, e houve um esforço em suas estruturas para que projetos educacionais fossem concretizados. A favor dessas iniciativas estava o fato de que as escolas públicas eram quase inexistentes em território brasileiro, criando um ambiente propício para que os “protestantes implementassem instituições calcadas em seus próprios métodos pedagógicos e orientados por seus princípios religiosos” (ALMEIDA, 2002, p. 8).

À medida que os esforços missionários na área educacional foram colocados em prática, ficou claro que as missões não visavam apenas evangelizar, mas também “educar indivíduos imbuídos da moral e da ética, do sentido de coletividade e da aspiração, sempre bem recebida entre os americanos, de dar os primeiros passos nos rumos da ascensão social” (ALMEIDA, 2002, p. 9).

Essa postura indicava o uso das empresas missionárias para compartilhar o ideário estadunidense com os nativos brasileiros. A educação seria responsável por transmitir esse ideário, assentado em valores como liberdade, democracia, solidariedade e responsabilidade individual.

Em território brasileiro, a questão educacional se deu em duas dimensões: aquela preconizada pelos grandes colégios, que tinha o propósito de alcançar os escalões dominantes da sociedade, e aquela evidenciada nas escolas paroquiais, que tinham como objetivo alfabetizar para a leitura da Bíblia e dos hinos (MENDONÇA, 2008, p. 143-144).

Uma das premissas do protestantismo é a leitura da Bíblia, que não está vinculada apenas à ideia de instrução, mas também à conversão. Quando esses missionários chegaram, a ameaça de não ser possível colocar em prática esse pressuposto básico foi real. A população brasileira era esmagadoramente analfabeta, o que representava uma barreira de inserção. Em solução a esse desafio, à medida que uma igreja era fundada, anexava-se a ela uma escola, concretizando a ideia de “para cada igreja, uma escola” (ALMEIDA, 2002, p. 1; MENDONÇA, 2008, p. 144).

As escolas paroquiais foram comuns no interior, com currículos simplificados, justificando a importância de alfabetizar e dar condições educativas para acesso à Bíblia, ancorando-se no compromisso religioso de ensinar a palavra de Deus às crianças desde cedo. A cada igreja fundada, os missionários remetiam pedidos às igrejas estadunidenses para que fosse enviado um professor ou custeada a contratação de algum profissional em solo brasileiro. Dessa maneira, seria possível assegurar o futuro do protestantismo no Brasil (RIBEIRO, 1981, p. 184).

Mendonça (2008, p. 153) refletiu que os colégios inicialmente foram concebidos para que a “civilização cristã” fosse estabelecida, a partir da exportação de ideais sociopolíticos estadunidenses em território brasileiro. À medida que os objetivos foram expandidos, as igrejas localizadas nos EUA começaram a investir, enviando capital financeiro ou humano, e profissionais formados em território estadunidense.

Para A. R. Crabtree (1962, p. 139), a disposição das denominações protestantes de investir capital humano e financeiro fundamentava-se num conflito ideológico: “cada sistema tem a sua ideologia e suas vantagens. Nós, evangélicos, estamos plenamente convencidos da superioridade de nossos ideais”.

No que se referia a expansão de objetivos das escolas, Almeida (2002, p. 17) concluiu:

As escolas americanas se notabilizavam por enfatizar um ensino em que a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, onde imperavam valores como honra, virtude, respeito mútuo e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos. Buscava-se motivar e incentivar alunos e alunas a seguirem um modelo de educação que propiciasse mudanças comportamentais e instituisse valores diferenciados na sociedade brasileira, que não aqueles calcados num modelo clerical católico.

Ao qualificar os resultados obtidos pelo protestantismo de missão estadunidense em solo brasileiro, conclui-se que essas iniciativas foram responsáveis por enraizar denominações protestantes no Brasil, criar escolas e espaços de ensino superior que contribuíram para o desenvolvimento do ensino e para o aprofundamento do sentimento de um ideal republicano, além de compartilhar o capital simbólico estadunidense.

3.3. EDUCAR PARA A CIDADANIA EM AMBIENTE DE FÉ REFORMADA

Desde os primórdios da Reforma Protestante, seus líderes demonstraram preocupação com o analfabetismo predominante na sociedade. Entre os princípios defendidos pelos reformadores estava a livre interpretação das Escrituras, mas como isso seria possível se os novos adeptos não sabiam ler e escrever?

A tradução da Bíblia para os vernáculos e o incentivo à livre interpretação não só transformaram a religiosidade europeia, mas também revolucionaram a área da educação, até então restrita a uma pequena parcela da população vinculada à Igreja Católica e a estudiosos como filósofos e cientistas. Educar a sociedade era urgente, e reformadores como Martinho Lutero e João Calvino foram grandes incentivadores.

Ainda no contexto da Reforma Protestante, Ahlert (2008, p. 186) descreveu que esse movimento trouxe as primeiras concepções de educação, ética e cidadania em um contexto religioso. Além de ensinar para o contexto teológico, havia o interesse de ensinar para a formação integral do ser humano, com uma experiência "construtivista e lúdica, que preparasse a pessoa para o

conhecimento de Deus e do mundo, vivendo segundo critérios cristãos de justiça, honestidade e responsabilidade pública".

O empreendimento protestante e a questão educacional do século XIX eram distintos daqueles do século XVI; o mundo havia mudado e as questões sociais se transformado. Contudo, algumas permanências existiam: na perspectiva protestante, mantinha-se a importância da formação da população para ter acesso à Bíblia e para desenvolver uma consciência política que fomentasse as bases da democracia e liberdade.

Nos Estados Unidos, a cidadania tornou-se um ponto crucial para que a população se entendesse como parte integrante de um capital simbólico, onde possuíssem virtudes superiores e uma missão civilizadora. Tocqueville, em seu livro "A Democracia na América", traz algumas percepções de como o empreendimento protestante e o projeto educacional contribuíram para a formação da cidadania estadunidense (VIEIRA; MARTINS; SARAT, 2017, p. 127).

Embora o estudo de Tocqueville tenha sido pelo método comparativo entre o sistema educacional estadunidense e o europeu, suas reflexões trazem um rico panorama sobre os propósitos educacionais nos EUA: "a educação escolar na América não se presta simplesmente a ensinar a ler e a escrever como condição para a participação como cidadão, como era visto na Europa de modo geral, mas se volta para atender a uma tríplice dimensão".

A primeira dimensão estava associada ao caráter pragmático; a segunda, por proporcionar ao indivíduo conhecimentos que lhe assegurem a percepção de sua cidadania; e, por fim, a terceira, por ter a consciência de que está a serviço da república democrática. "Nos Estados Unidos, o conjunto da educação dos homens está dirigido para a política; na Europa, sua finalidade principal é preparar para a vida privada" (VIEIRA; MARTINS; SARAT, 2017, p. 129; TOCQUEVILLE, 2005, p. 358).

Desde a década de 1830, intelectuais estadunidenses buscaram estabelecer um sistema público no país, além de um sistema de escolas normais para preparação dos profissionais que seriam responsáveis pelo ensino. Havia o interesse de implantar um novo processo de organização pedagógica que

tivesse como máxima a eficiência, racionalidade e uniformização (SOUZA, 2016, p. 40).

A propagação do sistema público serviu como propaganda para exaltar a qualidade empregada no sistema de ensino e diferenciá-lo do restante do mundo. Entre as inovações, esteve a ampliação das finalidades sociais atribuídas à educação, forçando a necessidade de rever a constituição curricular, Cremin (1961, p. 129) escreveu:

O currículo estabelecido foi abandonado e com ele a soletração, a leitura, a gramática e o caderno de cópia. As crianças eram iniciadas na leitura pelas palavras e sentenças simples mais do que pelo alfabeto aprendido pela repetição. No lugar de textos clássicos, revistas, jornais e materiais planejados pelos próprios professores foram introduzidos nas salas de aula. Aritmética era abordada indutivamente, através de objetos mais do que por meio de regras, enquanto geografia iniciava com uma série de viagens por diversas localidades do interior do país. Desenho era acrescentado para encorajar a destreza manual e a expressão individual. Ênfase era dada à observação, à descrição e à compreensão e somente quando essas habilidades se manifestavam por si só - entre as faculdades mentais e entre os estudantes - as matérias convencionais eram introduzidas.

Foi um período em que as crianças em fase pré-escolar, foram vistas com preocupação. O sistema *Kindergarten*, idealizado pelo alemão Friedrich Fröbel e inserido no contexto estadunidense a partir das migrações que ocorreram de alemães para os EUA, foi visto inicialmente com ressalvas pelos profissionais da educação. Contudo, houve uma identificação de princípios que estavam conectados com as ideias defendidas pelos estadunidenses; e subsequentemente os métodos do *Kindergarten* foram incorporados à realidade educacional.

Em uma definição, Chamon (2016, p. 18) escreveu:

O contato com a prática educacional do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi muito contribuiu para o desenvolvimento dos métodos froebelianos. Admirador de seus princípios pedagógicos, especialmente a ênfase na prática da observação, do aprendizado por meio de objetos e da criança como ser ativo, Froebel desenvolveu sua pedagogia enfatizando o último aspecto. No entanto, diferentemente de Pestalozzi, a filosofia educacional de Froebel era perpassada de religiosidade. Para ele toda a vida estaria baseada na chamada lei da unidade, da união de todas as coisas vivas, sendo Deus não só a origem de todas as coisas, mas a fonte suprema de toda a unidade e

a própria Unidade. A educação teria como finalidade levar o homem a reconhecer o espírito divino que habitaria todas as coisas, tornando o ser humano consciente “do fato de que o homem e a natureza procedem de Deus e são condicionados por Ele. A centralidade da dimensão religiosa conformou e significou os métodos inspirados em Froebel, cujo objetivo era despertar a consciência infantil para as verdades divinas, expondo as crianças a brinquedos que simbolizavam a conexão do indivíduo com o todo e a relação entre diversidade e harmonia. A partir de uma educação que promovesse o desenvolvimento físico, moral e intelectual, as crianças deveriam ser levadas a apreciar Deus e a manifestar sua essência divina por meio da observação, da reflexão, da atividade e da cooperação.

Além da perspectiva religiosa, nas linhas metodológicas froebelianas, foi possível identificar traços do idealismo e do liberalismo, aspectos filosóficos que estavam em discussão entre os estudiosos estadunidenses. O método foi inserido no sistema de educação e posto em prática em quase todo o território (CHAMON, 2016, p. 20).

O protestantismo foi um dos principais divulgadores do Froebelismo em território estadunidense e posteriormente em suas empresas missionárias.

De maneira geral, (as igrejas protestantes) se identificaram com a filosofia froebeliana, tanto no que diz respeito à ideia de a criança como ser essencialmente bom, quanto com relação à ênfase que o homem e a natureza eram essencialmente divinos, procediam de Deus e deveriam manifestá-lo em sua existência. Essa ênfase fez com que a ideia de desenvolvimento espiritual da criança defendida por Froebel fosse acolhida nas igrejas. As interpretações correntes do cristianismo ressaltavam que o homem era a maior expressão da presença de Deus, que a humanidade estava fundada numa ordem moral e que, como fruto da sua redenção, o homem se encontrava num processo de aperfeiçoamento constante (CHAMON, 2016, p. 22).

O ensino superior também foi transformado para atender às demandas de uma sociedade que estava abandonando o campo e o trabalho rural, partindo para as cidades e os trabalhos vinculados à modernização. Até a Guerra de Secessão, a maioria dos espaços de educação superior eram confessionais e privados. O Congresso Estadunidense passou a financiar a construção e estruturação de espaços controlados pelos governos e abriu financiamentos para aumentar as chances de os cidadãos ingressarem no ensino superior (RIBEIRO, 2016, p. 82).

A inserção de estadunidenses no Brasil, fosse pelo contexto da imigração ou pelo contexto missionário, chocou-se com a realidade brasileira e trouxe uma infinidade de ideias, modelos e perspectivas para mudanças nas conjunturas. Missionários adentraram o interior brasileiro, levando consigo um capital simbólico de seu país enraizado em seu discurso.

De maneira consciente ou não, à medida que eles buscavam concretizar uma América Cristã, conforme pregava a teologia dos avivamentos, o capital formado pelos pais fundadores e seus sucessores — virtudes da nação, importância da liberdade, da democracia e do republicanismo — também foi partilhado e assimilado, até certo ponto, pela sociedade brasileira.

No que tange à educação, as discussões metodológicas e as transformações ocorridas no processo de ensino e formação de profissionais em território estadunidense influenciaram de maneira categórica àqueles que se formaram nesses ideais. Reflexo disso foi a implantação de colégios por todo o território brasileiro à medida que as missões se aprofundavam. Com o advento da República, houve um modelo para que alterações de metodologia e pedagogia fossem realizadas.

O Dicionário Enciclopédico de Instituições Protestantes no Brasil publicado em 2019 revelou um universo educacional no Brasil, onde dezenas de escolas e espaços de ensino superior foram implantados no contexto estadunidense. Alguns exemplos: Colégio 2 de Julho e Faculdade 2 de Julho (Salvador – BA), Colégio Evangélico Alto Jequitibá (MG) Colégio Presbiteriano Agnes Erskine (Recife – PE), Colégio Internacional (Campinas – SP), Colégio Americano de Porto Alegre (RS), Colégio Metodista Centenário (Santa Maria – RS), Instituto Metodista Granbery (Juiz de Fora – MG) Colégio Piracicabano (SP) e Instituto Cristão de Castro (PR).

O complexo educacional Mackenzie foi fundado no encadeamento da ação missionária da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, onde a resolução da escolha do Brasil como campo missionário pode ser sintetizada:

[...] Sem dúvida a missão será experimental. Seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra, e testar até que ponto a legislação é favorável à tolerância religiosa será mantida. Se o resultado dessas

investigações for positivo – e temos plenas razões para supor que sim – a missão poderá depois ser ampliada em termos que as circunstâncias se justifiquem (RIBEIRO, 1981, p. 18).

O propósito inicial das missões foi a evangelização. Após as chegadas dos primeiros missionários, foram constatados a escassez de instituições educacionais e o alto índice de analfabetismo. À medida que missionários educadores foram trazidos e colocaram em prática as discussões pedagógicas que estavam em efervescência no território estadunidense, foi possível criar meios para oferecer aos brasileiros uma educação baseada no protestantismo, ao mesmo tempo que se preocupava em formar cidadãos conscientes de sua cidadania.

O Mackenzie, sendo fruto da missão presbiteriana, concretiza àquilo discorrido acima. Mary Ann Annesley Chamberlain, como missionária e educadora iniciou um trabalho educacional em paralelo ao evangelístico de seu marido, George Chamberlain. E no decorrer institucional, foi possível observar as discussões a respeito do papel da escola em relação ao projeto missionário, a preocupação dos dirigentes quanto as reais contribuições a sociedade brasileira para alcançar a democracia e suas liberdades e a externalização daquele ideário construído pela sociedade estadunidense, fosse pelas decisões tomadas, edificações ou construções subjetivas que se tornaram corpóreas no cotidiano institucional.

4. MACKENZIE, REVELAÇÃO DE UM IDEÁRIO ESTADUNIDENSE

O Mackenzie foi fundado no contexto das empresas missionárias que começaram a chegar ao Brasil na década de 1830. Estabelecido em um ambiente marcado por uma religião de estado e uma estrutura educacional atrasada, o Mackenzie mostrou-se revolucionário ao adotar metodologias de ensino que estavam sendo implementadas no sistema de ensino público dos Estados Unidos.

Instituído e validado, o Mackenzie contribuiu para a Reforma Educacional Paulista ao compartilhar sua pedagogia da Escola Normal e seus métodos de ensino. Além disso, o Mackenzie atuou como um difusor do ideário estadunidense por meio de suas práticas de ensino, formação de professores, condutas e gestão administrativa.

4.1. ESCOLA AMERICANA E PROTESTANT COLLEGE

Ribeiro (1981, p. 224-225) escreveu que a Escola Americana nasceu num contexto em que era proibido o funcionamento de espaços que tinham características concretas do protestantismo. Para que qualquer iniciativa pudesse funcionar, era obrigatório comunicar um inspetor indicado pelo governo, “o nome de seu proprietário, lugar da escola, programa de ensino, número de aulas, matérias que nelas vão ser ensinadas, horas que funcionará, professores que a vão reger e a pessoa a quem compete a direção”.

O regulamento servia para dificultar a inserção de profissionais ou metodologias que não convinhassem a religião do Estado. George Chamberlain, em uma carta ao pastor Antônio Pedro de Cerqueira Leite, declarou que ignorava tal regulamento e que não era perturbado por nenhum representante do Estado. Além dos professores não professarem a religião do Estado, as metodologias empregadas eram distintas das iniciativas nacionais (RIBEIRO, 1981, p. 225).

A decisão de Mary Ann Annesley Chamberlain, acolher as primeiras crianças, ainda na sua residência, foi aceita pela camada da sociedade que era excluída do contexto educacional brasileiro. Outros protestantes, filhos de

republicanos, de positivistas e outros grupos que se aproximavam das convicções tuteladas por Mary e George Chamberlain e àqueles que se integraram à atividade (RIBEIRO, 1981, p. 226-227).

As convicções estavam pautadas na troca de regime político e reestruturação e por conseguinte, a expansão da área de educação. A partir da década de 1870, a influência republicana se aprofundou no território brasileiro e isso contribuiu para que as iniciativas escolares vistas como fossem absorvidas e apoiadas em território nacional.

Quando George Chamberlain, chegou ao Brasil em 1868 para assumir a Igreja Presbiteriana de São Paulo, ele já tinha familiaridade com a cultura e a sociedade brasileira. Anos antes, ele chegou ao Rio de Janeiro e em contato com os primeiros missionários presbiterianos, foi ordenado. Retornou aos EUA para estudar Teologia, após finalizar seus estudos, foi enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Norte⁷ para desenvolver o seu trabalho missionário (MATOS, 2021, p. 35).

Mary Ann Annesley Chamberlain, se casou com George Chamberlain, quando ele estava nos EUA estudando Teologia. Mary Ann, foi uma das discípulas da revolução educacional que ocorria em território estadunidense, enquanto as denominações protestantes iniciavam suas empresas missionárias e enviavam missionários aos diversos países. Quando ela chegou a São Paulo, colocou em prática a sua profissão, assim fundando a Escola Americana⁸ (MATOS, 2021, p. 38).

Em seguida ao funcionamento da escola, George Chamberlain, começou a discussões junto aos representantes da Junta de Missões, para a criação de um *College*⁹ em território brasileiro. Ribeiro (1981, p. 228) discorreu que o órgão presbiteriano tinha ressalvas em apoiar tal projeto, pois entendiam que isso poderia desviar o foco missionário. Após discussões foi decidido pela criação de

⁷ Na Guerra Civil estadunidense, as denominações protestantes também se dividiram em norte e sul. A junta de Missões Estrangeiras (*Board Foreign Mission*) foi o órgão responsável por gerir a empresa missionária da Igreja Presbiteriana do Norte, sua sede estava localizada na cidade de Nova Iorque, EUA.

⁸ Marcel Mendes (2016, p. 28) pontuou que o esse nome foi sugerido por José Carlos Rodrigues, para fazer uma homenagem à nação estadunidense.

⁹ Denominação utilizada em território estadunidense para se referir à faculdade.

uma instituição de ensino superior para formar professores com as metodologias estadunidenses e formar pastores em território nacional.

Hack (2002, p. 77) escreveu que assim como a Escola Americana se desenvolvia na cidade de São Paulo, o mesmo ocorria em Campinas com o Colégio Internacional, de iniciativa da Junta de Missões Estrangeiras do Sul¹⁰. Havia uma interação entre os estadunidenses das duas empresas missionárias que estavam no Brasil onde eram discutidas como as metodologias de ensino deveriam ser aplicadas: “[as missões] caminhavam juntas na evangelização e na visão educacional para oferecer nova oportunidade em metodologia e objetivos para a pobre realidade brasileira”.

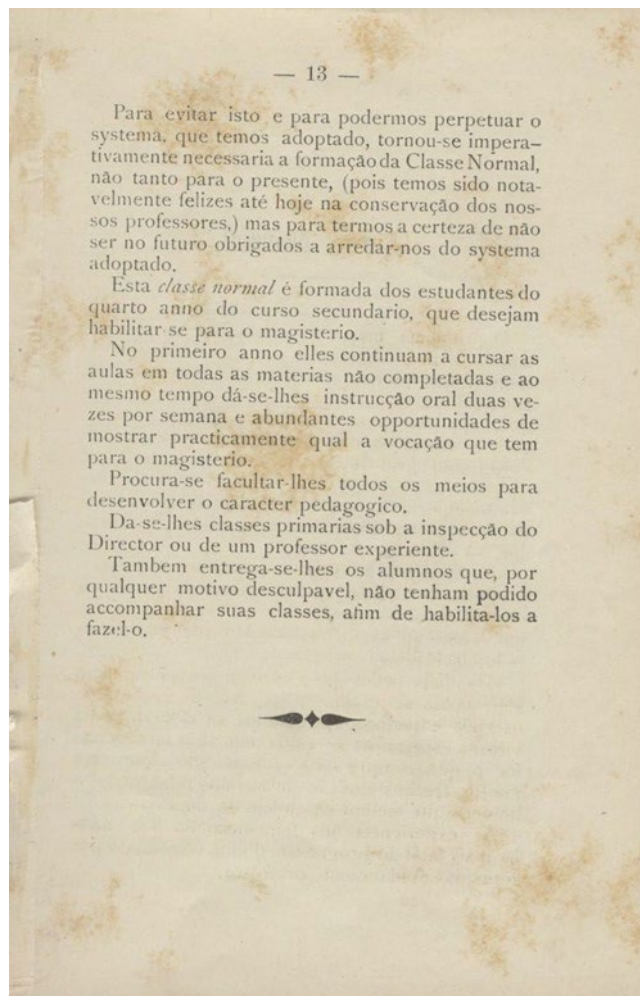
Outros missionários estadunidenses foram agregados a Escola Americana, à medida que brasileiros foram se qualificaram. Phebe Thomas, Elmira Kuhl, Mary Dascomb, Marcia Brown, foram alguns exemplos que contribuíram no desenrolar da Escola Americana. Materiais didáticos foram produzidos a partir de obras produzidas em solo brasileiro. Os currículos foram alterados, à medida que o círculo associado à escola foi se qualificando (HACK, 2002, p. 77; RIBEIRO, 1981, p. 227).

A materialização do *College*, levou alguns anos e a princípio teve como escopo àquilo indicado pela Junta de Missões Estrangeiras, para formação de professores e pastores. *Protestant College*, foi implantado às vésperas do afastamento de George Chamberlain da direção educacional e a entrada de Horace Manley Lane (HACK, 2002, p. 83; MENDES, 2016, p. 53).

O Programa e Regulamento do *Protestant College* e da Escola Americana lançado em 1885, traz um panorama geral dos cursos oferecidos, entre eles o Curso Normal e o Curso Superior, este último destinado a preparação teológica. No Curso Normal, na página 13, foi discorrido sobre a importância de se possuir professores com formação adequada para ministrar as aulas e assegurar a manutenção do sistema implantado desde a fundação da escola.

¹⁰ Órgão responsável por gerir a empresa missionária da Igreja Presbiteriana do Sul, sua sede estava localizada na cidade de Nashville, EUA.

Figura 3 – Proposta do Curso Normal do *Protestant College*



Fonte: O Programa e Regulamento do Protestant College e da Escola Americana de 1885. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

Na pesquisa arquivística feita pelo CHCM, foi constatado que o Programa e Regulamento do Protestant College e da Escola Americana é o primeiro documento produzido pela instituição onde foram compartilhados de maneira institucional para sociedade brasileira as preocupações dos dirigentes quanto a se manter as qualidades, importadas dos EUA, do sistema metodológico empregado pela escola. Esses atributos estavam permeados pela crença de era mandatório criar uma sociedade consciente de sua democracia, de suas liberdades e de sua cidadania.

Ainda no trajeto de consolidação da iniciativa educacional, um conselho de curadores¹¹ foi constituído na cidade de Nova Iorque para administrar o patrimônio financeiro e imóvel. Uma Escola de Engenharia, foi implantada, a partir da doação de um advogado¹² estadunidense e por fim, a subordinação educacional à Universidade do Estado de Nova Iorque, autarquia do referido Estado estadunidense, que era responsável por fiscalizar o ensino.

O intercâmbio de missionários e a formação de brasileiros para o desenrolar educacional da instituição fundada por Mary Ann Chamberlain, possibilitou um contexto vivo, onde a questão da religiosidade na conjuntura missionária e os caminhos da secularidade foram postos em discussão, no decorrer educacional e a práxis do ideário estadunidense, que entre a sua fundação e o ano de 1920, foi concreta e registrada na produção documental.

Enquanto Chamberlain, esteve à frente da instituição Mendes (2016, p. 79) destacou que a confessionalidade foi explícita de uma forma que não se repetiria na administração estadunidense¹³. Ribeiro (1981, p. 233) discorreu como se configurava parte da metodologia e da constituição do corpo docente e administrativo, em uma tendência missionária protestante:

O dia de aulas se iniciava com a leitura de um salmo, e uma oração. No curso incluía-se estudos da Bíblia e do breve Catecismo Presbiteriano. Os diretores eram pastores; o corpo docente, integrado por missionárias-professoras, pagas pela Missão com fundos enviados de Nova Iorque, e por pessoas arroladas na Igreja Presbiteriana.

Ribeiro em seu estudo sobre o Protestantismo e a Cultura Brasileira (1981) nos apresentou um encadeamento de reflexões de Chamberlain, sobre a orientação confessional do Mackenzie que funcionava num âmbito protestante e missionário. Mendes (2016), posteriormente refletiu que embora houvesse a intencionalidade de revelar essa direção, muitas das ações não se materializaram de forma integral.

¹¹ Board of Trustees of Mackenzie College, Conselho de Curadores do Mackenzie, que foi fundado em 1890 e permaneceu como conselho superior até 1961.

¹² John Theron Mackenzie, doou para o Protestant College uma quantia que foi responsável pela construção de um edifício e a formação do seu primeiro curso, engenharia civil. A denominação institucional Mackenzie, é uma homenagem ao ato feito por ele.

¹³ O Mackenzie foi administrado por estadunidenses até 1961, quando foi nacionalizado e todo o patrimônio doado à Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em um desses casos, Chamberlain, ao discursar na inauguração da primeira edificação do campus de Higienópolis em 1885, proferiu:

O fim desse internato é educar ministros para Igreja Presbiteriana, e ao mesmo tempo dar educação leiga aos que se quiserem utilizar dos métodos e disciplina da Escola Americana, que existindo já há 15 anos, e estando completamente aberta à inspeção do público, é já suficientemente conhecida (RIBEIRO, 1981, p. 249).

Ao ter acesso ao histórico da edificação indicada por Chamberlain, é identificado que o espaço foi completamente absorvido para instrução leiga e até a sua demolição na década de 1950, foi alterado para abrigar diversos cursos.

Mendes (2016, p. 84-97) apontou que na administração de Horace Lane, os traços confessionais foram reservados. Na década de 1890, com a constituição do Conselho de Curadores, a Junta de Missões Estrangeiras, se afastou da administração direta do empreendimento educacional. Essa ação “afastou a Escola Americana e o Colégio Protestante da influência direta dos missionários norte-americanos e dos pastores e presbíteros vinculados aos concílios nacionais”, concedendo alguma autonomia.

Silva (2015, p. 183) refletiu que Lane possuía um discurso ambíguo quanto a questão confessional. Para os curadores, a sua escrita ganhava traços cristãos e missionários, reforçando o caráter protestante, enquanto para a sociedade brasileira ganhava atributos que afastava a escola da religiosidade e a aproximava de ideais republicanos, libertários e democráticos, pontos que aproximavam àqueles que defendiam o desenrolar da escola.

Ainda Silva (2015, p. 182) escreveu que para Lane o mais importante do que os ideais protestantes, era compartilhar os ideais republicanos, pois através deles o Brasil teria progresso. As escolas protestantes ao possuírem apoio de uma elite republicana, estimulou Lane a manter essa orientação. Havia ideais individualistas, pragmáticos, progressistas e modernizantes, pontos do capital produzido pelos estadunidenses no contexto de suas virtudes e missão civilizadora dada pela Providência Divina.

No cenário educacional, a efervescência de pedagogias e metodologias em território estadunidense, que foram trazidas junto com as missões e

missionários estava no cerne da compreensão de que a educação traria ao indivíduo consciência de seus direitos civis e políticos e o colocaria como difusor de uma república democrática. No aspecto religioso, se adicionava a conexão do indivíduo com a Bíblia, a sua interpretação e a compreensão do que estava professando o verdadeiro Evangelho.

Lima (2022, p. 25) escreveu que até o advento da República, a educação brasileira esteve vinculada exclusivamente ao modelo europeu e com influência católica. Não havia planejamento e nem ações concretas, apenas discussões, que se materializavam com decretos, mas sem a prática daquilo que era determinado. Ribeiro (1981, p. 224) apontou que a educação brasileira era baseada por decorações, recitações e castigos físicos, não dando nenhum subsídio para o desenvolvimento intelectual.

A não materialização das discussões, refletiu diretamente na formação dos professores e o fracasso na formação dos alunos. Logo após a Independência, houve preocupação quanto a uma educação popular e universal. Na Constituição de 1824, foi delimitado que deveriam ser construídas escolas de primeiras letras em todas as cidades e espaços rurais e seriam coordenadas a partir das três esferas de poder. Determinações não desenvolvidas que contribuíram para manter as condições da alta taxa de analfabetismo (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2018, p. 2).

Quanto às escolas normais desenvolvidas no Império, Tanuri (1970, p. 79 *apud* SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2018, p. 3) descreveu:

Algumas características comuns podem ser observadas nas primeiras escolas normais aqui instaladas. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, geralmente, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, está limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infraestrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio como à instalação e ao equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a

partir dos anos finais do Império.

Tais conjunturas, demonstrou a carência da educação brasileira quando foi colocada em comparação aos métodos desenvolvidos pela Escola Americana que estavam em consonância com o sistema público de ensino instalado em território estadunidense, que ia desde o Jardim de Infância ao curso secundário.

A Escola Americana implantou em sua estrutura o primeiro Jardim de Infância em território brasileiro, administrado por Phebe Thomas, uma professora especializada nesse período de desenvolvimento da criança. O anexo A, traz a introdução do Jardim de Infância, apenas 7 anos após a sua fundação e o anexo K, exemplifica que após mais de 50 anos desde a fundação do Jardim de Infância, na década de 1930, suas metodologias eram empregadas de maneira a incentivar a socialização e convivência das crianças.

Horace Lane, ao apresentar o método de ensino e aprendizagem do Jardim de Infância discorreu:

Esta parte do nosso sistema, baseado no hoje bem conhecido sistema de Froebel, tem por fim o desenvolvimento intelectual desde a mais tenra idade, por métodos intuitivos e naturais, tendo sempre em vista as necessidades físicas das crianças, atraindo-as aos conhecimentos e desenvolvimento das faculdades observadoras, sem fadigas, sem desgostos, sem estudos forçados, sem o constrangimento dos corpos e sem lágrimas, mas com alegria e contentamento; aprendendo dos próprios brinquedos e alcançando assim os benéficos efeitos da disciplina e o uso acertado dos sentidos. A boa aceitação que continua a ter o jardim infantil, não somente neste império, mas também na América do Norte e na Europa, serve melhor do qualquer arrazoado para provar o grande que tem esta parte do ensino primário, como EDUCAÇÃO ANTE-ESCOLAR (INSTITUTO DE SÃO PAULO, 1885-1886, p. 6).

Donald McLaren, um pastor e missionário estadunidense, discorreu sobre as conquistas das metodologias de ensino aplicadas na Escola Americana e o interesse concreto das instituições brasileiras em ter acesso a elas:

Somos encorajados a acreditar que estamos a fazer um trabalho bastante bom a partir do testemunho de viajantes americanos que nos visitam e do fato de as escolas públicas e privadas copiarem os nossos métodos e adoptarem os nossos manuais. Os comissários escolares vêm de outros Estados para estudar o nosso trabalho e somos frequentemente solicitados a fazer planos e estimativas para as suas escolas. Foi nosso privilégio ajudar amplamente na organização e

equipamento das novas escolas públicas de São Paulo, nos planos de cursos, nos professores da sua escola de formação e em questões de organização (MCLAREN, 1897, p. 2).

O fragmento acima evidencia as contribuições estadunidenses para a reforma Caetano de Campos. Márcia Brown e Maria Guilhermina Andrade, educadoras e missionárias e com ampla experiência no ensino normalista difundido nos EUA juntamente de Horace Lane, foram assessores do governo do estado paulista para uma reforma completa no ensino e a formação de profissionais capacitados com as novas metodologias de ensino.

O empreendimento educacional, segundo Hack (2002, p. 158-159) desde a sua concepção, foi desenvolvido como um todo, dos cuidados demandados do Jardim de Infância para criar possibilidades para o aluno alcançar os cursos superiores:

Os cursos superiores haveriam de atrair alunos para as classes inferiores, no sentido de que os pais veriam na Escola Americana e o Protestant College, não só a continuação dos estudos, mas também a filosofia educacional de preparar a criança com a visão do futuro e de uma formação integral.

O Brasil às vésperas da Proclamação da República, na opinião dos estadunidenses (MACKENZIE COLLEGE, 1891, p. 3-4), a liberdade religiosa já era uma conquista para aqueles que não eram católicos romanos. Já no aspecto educacional, eles enxergavam dois contextos encontrados entre a população brasileira: a mais pobre, em estado completo de ignorância, já a dominante, presa no racionalismo e ateísmo. Para os comissionários da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do Norte, que haviam estado no Brasil essas duas conjunturas, precisavam ser confrontadas:

As pessoas comuns estão num estado quase incrível de ignorância, superstição e idolatria. Entre as classes instruídas prevalecem o ateísmo e racionalismo. As escolas normais e primárias da rede pública, bem como os cursos preparatórios anexos às escolas profissionais estão abaixo da crítica. As escolas públicas eram, no antigo regime, simplesmente apêndices de uma máquina política corrupta. Faltavam-lhe escolas, livros didáticos e professores

devidamente qualificados¹⁴ (MACKENZIE COLLEGE, 1891, p. 3-4, tradução nossa).

No anexo C, os comissários, apontaram que o Brasil carecia de instituições de ensino superior e isso refletia na formação primeiramente dos protestantes e do restante da sociedade. Em uma de suas conclusões eles escreveram: “uma faculdade cristã, organizada segundo um, plano amplo, dirigida por estudiosos sólidos e dirigida segundo os princípios evangélicos, atrairia a flor da juventude brasileira, qualquer que fosse a filiação [religiosa] anterior¹⁵” (MACKENZIE COLLEGE, 1891, p. 5, tradução nossa).

Embora já existisse no *Protestant College*, dois cursos considerados superiores, os membros da Junta de Missões e Horace Lane, queriam consolidá-los em uma estrutura educacional exclusiva e expandir os cursos oferecidos. Uma produção de Horace Lane a respeito College é discorrido:

Nosso fim é proporcionar aos alunos uma educação sólida, um conhecimento completo e prática das matérias estudadas, fazendo com que um passo logicamente conduza ao outro, e que haja entre eles um nexos natural. Procuramos desenvolver a inteligência a fim de poder saber, em lugar de enchê-la com fórmulas fixas (HACK, 2002, p. 150).

4.2. REVELAÇÃO DE UM IDEÁRIO

A Escola Americana, o *Protestant College* e posteriormente o Mackenzie College produziram entre os anos de 1870 e 1920, um rico conjunto documental que nos traz um panorama do desenrolar administrativo e educacional. Além disso, como os dirigentes enxergaram o Brasil em seu contexto educacional, social e político. Por fim, o compartilhamento de um ideário desenvolvido em duas dimensões, a religiosa e a política.

¹⁴ The common people are in an almost incredible state of ignorance, superstition and idolatry. Among the educated classes atheism and rationalism prevail. The normal and primary schools of the public-school system, as well as the preparatory courses annexed to the professional schools, are below criticism. The public schools were, under the old regime, simply appendices to a corrupt political machine. They lacked schoolhouses, text-books, and properly qualified teachers.

¹⁵ A Christian College, organized on a broad plan, manned by sound scholars, and conducted on earnest evangelical principles, would attract the flower of Brazilian Youth, whatever their previous affiliation.

É importante perceber que no contexto estadunidense, as dimensões política e religião são intrínsecas, se alimentam e se sustentam. No ponto religioso, a construção de uma América Cristã, no aspecto político, a expansão das ideias do Destino Manifesto. Ambas sustentadas por um discurso da própria religião, moralidade e educação.

A educação seria basilar para conscientizar a população para uma moralidade pautada na compreensão da democracia, liberdade e republicanismo, validados pela profissão de uma religiosidade protestante. A seguir, serão compartilhados alguns exemplos onde os aspectos de educação, moralidade e religiosidade são externalizados a partir dos relatórios anuais e prospectos, documentações primárias produzidas pelo Mackenzie ao decorrer de suas atividades educacionais.

A documentação analisada foi produzida na administração de cinco estadunidenses: George Whitehill Chamberlain, Horace Manley Lane, Rufus King Lane, Donald McLaren e William Alfred Waddell.

Ao ser instituído o Conselho de Curadores foi criado um estatuto onde regulamentou o seu funcionamento. Em relação às obrigações do presidente, foi a produção de um relatório anual com o propósito de relatar as principais atividades envolvendo o ano escolar, movimentações financeiras e o histórico dos alunos. O referido documento “será aprovado pelo Conselho (grupo administrativo fixado no Brasil) e encaminhado ao Conselho de Curadores em Nova Iorque a tempo de sua reunião anual¹⁶” (MACKENZIE COLLEGE, 1917, p. 6, tradução nossa).

Os relatórios de 1895, 1907 a 1920, são preservados pelo Centro Histórico e Cultural Mackenzie (CHCM). Os relatórios de 1899 a 1906, são preservados pelo *Presbyterian Historical Society*, localizado na cidade da Filadélfia, EUA. Por anos, esses relatórios não estiveram disponíveis para consulta no Brasil, devido à iniciativa de um dos pesquisadores residentes do CHCM, os documentos foram recuperados em 2023 e serão utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

¹⁶ Shall be approved by the Council and forwarded to the Board of Trustees in New York in time for their annual meeting.

Os prospectos, foram produções textuais de divulgação da organização e metodologia empregada pelo *Protestant College*, Escola Americana e Mackenzie *College*. Os documentos descrevem a missão e a filosofia do Mackenzie, bem como os cursos que eram ofertados com as seguintes características: conteúdo programático, corpo docente, tempo de duração do curso, requisitos para o ingresso e valor semestral a ser pago.

O tópico religioso, foi principalmente discutido enquanto George Chamberlain esteve à frente da Escola Americana e do *Protestant College*. Horace Lane, o reformulou a tal ponto de quase passar despercebido e foi seguido pelos seus sucessores estadunidenses.

A documentação primária do período em que George Chamberlain, esteve à frente da administração é escassa, sendo assim, para discussões, será utilizado o prospecto de 1885 e a produção do estudioso Boanerges Ribeiro.

Figura 4 – Fragmento de George Chamberlain ao se referir à confessionalidade

Disse o director por ocasião do lançamento da pedra memorial, para mostrar claramente a posição moral que toma o INSTITUTO DE S. PAULO: «Quaesquer que sejam as convicções religiosas das pessoas que honram este acto com sua presença, não haverá quem desconheça o papel importantissimo que o christianismo tem representado na humanidade, arrancando-a da barbaria e propellindo-a para a paz e para a civilização. Uma instituição que como a presente tem por fim dar educação á mocidade, debaixo do temor de Deus, não pôde deixar de ser acolhida com sympathia pelo publico, sobretudo em epocha em que, pccurando-se trazer população e capitaes que possam fructificar as forças que Deus collocou neste solo, se busca com sincero anhelos atrahir ao Brazil homens de todas as communidades christãs da terra.»

Fonte: O Programa e Regulamento do Protestant College e da Escola Americana de 1885. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie

No fragmento acima, George Chamberlain, expressou a importância da religião para a evolução da sociedade e relacionou a instituição educacional como uma ferramenta divina para a civilização. Aqui talvez seja possível entender civilização como uma expressão conectada aos ideais políticos

conquistados pela nação estadunidense: liberdade, democracia e republicanismo.

Chamberlain se manteve empenhado para o desenvolvimento da escola, sem nunca perder de vista, o propósito missionário e religioso que desde sempre esteve com ele. Acreditava que a conversão, que a possibilidade de “conquistar a nação para Cristo” seria possível a partir de um bom aparato educacional. Enquanto a Junta de Missões resistia em aceitar a financiar as iniciativas educacionais, Chamberlain declarou: “damos o primeiro lugar aos pregadores, mas não podemos exagerar a vasta importância da última agência na atitude do país a respeito da educação (CHAMBERLAIN, 1875 *apud* RIBEIRO, 1981, p. 236).

Ele escreveu um apelo direcionado a Igreja Presbiteriana por investimentos na área educacional, pois a partir dela os brasileiros poderiam rumar a civilização e seria possível formar pastores de maneira adequada, dando condições para escola formar um ministério da igreja presbiteriana em solo brasileiro (RIBEIRO, 1981, p. 238). Após o afastamento de Chamberlain, da escola, Horace Lane, reformulou a retórica. A religião desceu um degrau e a educação se elevou.

O distanciamento do discurso religioso levou Horace Lane a ser questionado em inúmeras ocasiões, sendo que nos relatórios anuais, é possível observar as explicações dele:

Afirmamos que exercemos uma influência evangélica. Talvez não estejamos seguindo os processos espetaculares de um evangelista itinerante. Propositadamente, evitamos métodos fanáticos e emocionais de proselitismo, e fazemos o que podemos para reprimir formas de devoção ostentosa, porque o latino é tão propenso a esse tipo de pretensão religiosa exterior e trouxe do catolicismo uma riqueza tão grande de formas de devoção, que supera o mais efusivo anglo-saxão. Nós tentamos moldar todo o nosso trabalho a fim de construir um caráter cristão limpo e atrair homens e mulheres jovens, cuja educação é confiada a nós por centenas de pessoas, todos os anos, a se aproximarem de Cristo, tanto em pensamento como na prática. Para o que mais esses críticos baratos imagem que estamos aqui? (MACKENZIE COLLEGE, 1907).

Lane ao longo dos anos administrando o Mackenzie, foi defensor de uma confessionalidade discreta e indireta. Os princípios cristãos seriam transmitidos

através dos métodos educacionais que dariam a sociedade brasileira subsídios para uma moral elevada conectada aos ideais estadunidenses que eram amplamente divulgados no cotidiano escolar.

Silva (2015, p. 184) analisando os discursos de Lane se defendendo das acusações a respeito da confessionalidade:

Lane deixa bem claro o objetivo da instituição sob a sua responsabilidade, ou seja, seu caráter missionário. Não no sentido do proselitismo, mas de evangelização indireta. O interessante que seu discurso é eivado de uma tonalidade cristã, embora reconheça que a finalidade principal da educação não seja a mesma do pregador cristão. Além disso, sua escrita revela uma Lane piedoso, preocupado em cristianizar a juventude através de princípios do cristianismo e da palavra de Deus.

Por fim Hack (2013, p. 33) ao analisar a questão religiosa na administração de Horace Lane, discorreu:

A escola deveria alcançar os filhos de liderança nacional, para educá-los no modelo cultural protestante. A finalidade principal não era evangelizá-los, mas sim transmitir-lhes princípios educacionais, para que fossem preparados adequadamente para assumir posições de liderança, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade, como agentes de transformação social, substituindo a liturgia e a acomodação da cultura brasileira por uma sociedade dinâmica, pragmática e participativa.

Qual seria a nova mentalidade? Àquela trazida pelos missionários estadunidenses, assentada nos ideais republicanos e democráticos, vinculados a ideia da moralidade da sociedade estadunidense. Tendo isso em mente partimos para moralidade defendida como estágio para se alcançar a América Cristã e um modelo para que o Brasil se aproximasse das virtudes EUA exteriorizadas no Destino Manifesto.

Em relação a George Chamberlain, não foram encontradas informações sobre as impressões dele. Já Horace Lane, fez um rico panorama de como ele enxergava o desenrolar político brasileiro. Utilizaremos a perspectiva política para alcançar a dimensão moral idealizada pelos estadunidenses. Lane, vivenciou o Império e os primeiros anos da República, e a retórica dele foi de

que embora o Brasil tivesse mudado de regime político, as mazelas do antigo regime ainda se mantinham no cotidiano.

As reflexões políticas de Horace Lane, perpassou os seus pontos de vistas como estadunidense e republicano. Silva (2015, p. 162) refletiu que Lane colocava em seus relatórios suas preocupações que foram construídas a partir do seu ponto de vista social. “Nesse sentido, pode-se afirmar que ele estava atento às mudanças oriundas que estavam se configurando no campo político brasileiro, especialmente na cidade de São Paulo”.

No ano de 1899, refletiu que “existe uma calma mortal, não a calma que procede de uma tempestade, mas aquela que demonstra a fraqueza e a apatia inerentes à Nação¹⁷” e continuou, “eles estão praticamente falidos, não só financeiramente, mas moralmente¹⁸” (MACKENZIE COLLEGE, 1899, p. 1, tradução nossa). Em sua reflexão, Horace Lane, atribuiu os problemas brasileiros em seus primeiros anos de República, como uma consequência dos séculos em que a Igreja Católica obteve o seu monopólio religioso. “A sociedade apodrece em sua essência e a vida fica sem base ética¹⁹” (MACKENZIE COLLEGE, 1899, p. 1, tradução nossa). Para ele, os problemas não estavam associados a questões de raça ou clima, mas sim da religiosidade que qualificou a sociedade.

Comparou a massa populacional de católicos romanos e de protestantes (principalmente daqueles que tiveram influências das denominações estadunidenses) no Brasil e os percentuais de analfabetismo e crimes e chegou à conclusão de que enquanto os brasileiros católicos estavam perdidos em adversidades, devido a uma moral desprovida de valores e relações sociais, os problemas dos protestantes vinham, devido às perseguições religiosas.

Em 1901 ele descreveu aquilo que caracterizou como uma “situação corrupta e opressora²⁰” (MACKENZIE COLLEGE, 1901, p.1, tradução nossa). A República manteve a sua degeneração, ao ter no poder “ultramontanos

¹⁷ [...] there is a dead calm, not the calm which precedes a storm, but that which demonstrates the inherent weakness and apathy of the nation.

¹⁸ [...] they are practically bankrupt not only financially but morally.

¹⁹ Society becomes Rotten at the core and life is without an ethical basis.

²⁰ [...] the internal management of public affairs in unspeakably corrupt and oppressive.

reacionários e velhos conservadores e monarquistas disfarçados²¹". Lane, ponderou que tal situação o leva refletir sobre a capacidade do brasileiro se autogovernar.

Ainda receoso quanto ao desenrolar político, no relatório de 1905, Lane continuou suas reflexões de que o Brasil se afastava cada vez mais de uma "verdadeira república do tipo americano²²", que a população não era considerada quando o assunto era política e a escolha dos governantes. E manteve o seu discurso que o presidente (Rodrigues Alves) continuava o seu vínculo com a Igreja Católica, (MACKENZIE COLLEGE, 1905, p. 3-4, tradução nossa).

No início do século XX, enquanto Horace Lane fazia suas reflexões, a Igreja Católica revolucionou o seu campo de trabalho. O advento da República e o fim da religião do Estado, parece tê-la enfraquecido; contudo, houve uma reorganização de forças e ela iniciou um extenso trabalho de fundação de colégios, novas igrejas, revitalizações das antigas. O vínculo da sociedade com a Igreja foi reestabelecido e enquanto as escolas protestantes dominaram a última década do século XIX no contexto educacional, a partir do novo século passou a ter um oponente à altura. Os aspectos políticos ponderados por Lane, são permeados pelo movimento católico, que segundo ele, têm acesso direto ao poder central.

Em 1907, refletiu que estava diante do "Novo Brasil". O país que afastou a exclusividade portuguesa de séculos, se abriu para novas oportunidades. A partir do Congresso Pan-Americano o Brasil recebeu visitas de "viajantes comerciais, pelos jornalistas, pelos delegados nessas universidades, representantes de grandes organizações²³" (MACKENZIE COLLEGE, 1907, p.1, tradução nossa).

Em 1908, em seu relato, Lane, pela primeira vez apontou que embora o Brasil ainda permanecesse nas mãos de velhos políticos e a maneira que a política era feita ainda lembrasse os tempos do Império, existiu um "pouco de

²¹ [...] reactionary ultramontanes and old conservatives monarchists in disguise.

²² [...] in political matters the country drifts farther and farther away from a true republic of the american type.

²³ [...] the comercial traveller, News-paper men, delegates from our great universities, representatives of the great religious organizations.

progresso em direção a uma verdadeira República²⁴". Apesar da pequena evolução, ponderou, que ainda não havia surgido um grande homem para dar "forma e caráter a uma verdadeira democracia onde o povo é consultado²⁵" (MACKENZIE COLLEGE, 1908, p. 3-4, tradução nossa).

Em 1909 havia uma grande confusão "gerando maus presságios para instituições livres²⁶". Para Lane, o Brasil ainda não tinha estabelecido um formato claro e democrático para escolha do presidente da República e depois de 20 anos do novo regime "ainda é apenas um nome para cobrir um governo de seus trapanças e intrigas²⁷" (MACKENZIE COLLEGE, 1909, p. 1-2, tradução nossa).

Lane, continuou que as novas nacionalidades inseridas no contexto brasileiro estavam incrementando novos atributos na sociedade e, por isso, finalmente o Brasil Imperial estava sendo superado. E que embora, o povo estadunidense estivesse consciente da crescente importância do Brasil nos aspectos comerciais e políticos, ignorava a importância de eles apontarem o caminho para os ideais da Grande América.

Era um fato essencial de que a "Nação (Brasil) deve ser educada nos ideais americanos para se identificar com a Grande América. Os padrões de vida devem ser elevados, as concepções erradas de liberdade, autogoverno e cristianismo devem ser corrigidos²⁸". Na concepção de Lane, o cristianismo protestante, era indispensável se os brasileiros quisessem uma real República e era responsabilidade dos estadunidenses mostrarem o caminho (MACKENZIE COLLEGE, 1909, p.4, tradução nossa).

Na retórica de Lane é possível observar algum descontentamento acerca do desenrolar político brasileiro. A evolução republicana, era apenas no título, na prática os velhos hábitos ainda permaneciam e na perspectiva de Lane, isso contribuía para estagnação e a tardança para que o Brasil alcançasse a plena democracia e liberdade, ideais defendidos no contexto moral estadunidense.

²⁴ [...] politically, there is a little progress towards a real Republic.

²⁵ [...] form and character to a true democracy where the people are consulted.

²⁶ [...] generating bad omens for free institutions.

²⁷ [...] is still just a name to cover a government for its trickery and intrigues.

²⁸ The nation must be educated in american ideals in order to become identified with the Great America. The standards of life must be raised, erroneous conceptions of liberty, self-government and Christianity must be corrected.

Percebe-se claramente a expectativa nutrida por Lane de ver um homem na política capaz de moldar e dar caráter à “verdadeira democracia”. O modelo de democracia, pensado por Lane era o norte-americano. Embora, segundo a sua visão o Brasil ainda não tivesse a democracia, a presença das suas instituições e os investimentos feitos pelos curadores na educação justificavam toda a ação deles nesse sentido. Ou seja, toda ação e investimento ajudariam o Brasil a chegar à tão desejada democracia e abandonar os resquícios do Império, sistema político altamente combatido pelos Republicanos (SILVA, 2015, p. 168).

Além do protestantismo contribuir para que os brasileiros alcançassem o pleno desenvolvimento e a consciência de sua cidadania, a educação também era um pilar essencial. Nesse sentido, o Mackenzie, ao desenvolver as práticas educacionais estadunidense em território brasileiro, contribuiu para que fosse construída uma ideia de que através dessas iniciativas os brasileiros se aproximariam das virtudes estadunidenses. À medida que igrejas foram fundadas e anexadas a elas os espaços de aprendizado de leitura e escrita, à medida que essas iniciativas se capacitaram, converteram-se em espaços de transformação que muito contribuíram para a educação brasileira.

Na dimensão educacional, George Chamberlain, se dedicou arduamente para que a escola florescesse e gastou energias para que fosse instituída uma Escola Normal “para preparar pregadores e mestres de escola”. Ele se ausentou por mais de um ano para angariar fundos e continuar as construções edificadas (RIBEIRO, 1981, p. 238-239).

Em suas reflexões, compartilhou a sua preocupação quanto a qualidade de ensino, caso não tivesse professores preparados:

O problema mais difícil de solver na administração de um colégio não é o alcance de grande número de alunos, nem a escolha dos melhores compêndios, nem a aquisição de edifícios adequados, nem tão pouco a formação de um curso lógico e atrativo, mas sim obter e conservar um corpo magistral que se dedique com amor ao ensino. A importância e proficiência de uma escola estão na razão direta do valor pessoal do professor. Tal mestre, tal escola. Nada valerão as escolas sem bons mestres. A personalidade do mestre como que passa para a escola se e vê-se refletida em cada aluno como um semblante reproduzido em espelho facetado. Os mais belos programas e prevententes instruções se inutilizam e tornam-se ineficazes; os mais engenhosos métodos se desnaturam e viçosas esperanças se esvaecem, se o mestre não for o que cumpre ser (GARCEZ, 1970, p. 67 *apud* RIBEIRO, 1981, p. 241).

A preocupação quanto à formação dos professores foi reafirmada com a inauguração do Curso Normal em 1885, último ano que George Chamberlain, esteve à frente da Escola.

Lima (2022, p. 74) corrobora que a formação dos professores era primordial e que deveria estar conectado ao método de ensino utilizado pelo Mackenzie. No mesmo documento de 1885, foi discorrido que a formação do Curso Normal não era tanto por uma necessidade do presente, mas “para termos a certeza de não ser no futuro obrigados a arredar-nos do sistema adotado”.

Horace Lane era pragmático no que se referia a educação. Para ele, não era possível dissociar o trabalho educacional da condição que o país se encontrava, a falta de educação refletia diretamente na incapacidade do Brasil em alterar suas estruturas políticas, sociais e culturais. “Sua visão coadunava com os interesses dos republicanos brasileiros, que defendiam que a educação era um instrumento necessário para modernização do país” (SILVA, 2015, p. 165).

A educação era vista como ferramenta de transformação e em 1894 compartilhou:

Como é geralmente sabido, a Escola Americana não tem fins comerciais. Qual então o móvel? Cremos que nos é lícito aspirar, dentro dos limites das nossas forças, colaborar na educação da mocidade sem outro motivo, senão, elevá-la, e assim contribuir para o engrandecimento do país. A Escola Americana no sentido mais lato da palavra. Sonhamos em criar, com o correr do tempo, um estabelecimento completo em todas as suas partes, para ambos os sexos. Não uma imitação servil das escolas da América do Norte – mas uma adaptação do que há de melhor nelas, ao meio, à índole do povo, às melhores tradições da sociedade, das instituições e às necessidades econômicas desta América (LANE, 1894, p. 15 *apud* SILVA, 2015, p. 185).

Ao longo de sua administração, Lane criou um capital simbólico onde a organização e metodologias foram valorizadas e compartilhadas com a sociedade. Compartilhou que o desenvolvimento do aluno era físico, intelectual e moral. No desenvolvimento físico, descreveu o sistema de trabalho manual e que era utilizado em outros países e possuía um valor educativo incontestável:

Quando organizada cientificamente e ao mesmo tempo educar os sentidos e adestrar a mão, cultivar o juízo e dar ensejo ao aluno de apreciar praticamente as qualidades, dimensões e propriedades das

cousas que entram na vida diária, e não com o fim de ensinar um ofício ou substituir a ginástica (SILVA, 2015, p. 202).

No desenvolvimento intelectual:

Lane acentua que seguia o sistema americano, tanto nos cursos de filosofia pedagógica de Pestalozzi, Froebel e Herbart, aplicada largamente na América do Norte, com intuítos cívicos, sociais e morais. A finalidade era disciplinar toda a inteligência, habilitando o aluno a “poder saber” e não a cultivar a memória somente, carregando-a de fórmulas estéreis e de conhecimentos desconexos. O aprendizado era calculado, não pelo o que aluno podia “ingerir”, mas pelo que ele podia “digerir e assimilar” (SILVA, 2015, p. 202, grifo do autor).

Em relação à moral, Lane discorreu:

Nunca fizemos segredo das nossas convicções a este respeito e são elas tão profundamente arraigadas que não podem deixar de influir em toda a direção da escola. Se a sociedade tem obrigação de oferecer e a criança o direito de receber certa cópia de conhecimentos e certas disciplinas das faculdades intelectuais que a projetam contra os males da ignorância, quanto mais tem ela ao cultivo das faculdades morais para se livrar dos vícios, proteger a sociedade contra os males piores do que os da ignorância, e habilitar-se a desempenhar. Honestamente, a geografia que se ensina destacadamente, com fórmulas fixas, mas sim como um elemento, que se deve projetar dentro de todas as matérias e influir em todas as atividades escolares (SILVA, 2015, p. 202).

A religiosidade estava assentada como eixo norteador do trabalho missionário e como um entendimento que o protestantismo proporcionava uma consciência quanto à moral estabelecida em território estadunidense e que se projetava em solo brasileiro. Através da educação, a pessoa teria a possibilidade de aprender e assimilar, seria possível professar o protestantismo e acessar todo ideário assentado na construção de que as virtudes estadunidenses eram superiores e passíveis de serem reproduzidas.

Além da prática educacional e as reflexões a respeito do Brasil, tendo como pressuposto a construção identitária seus fundadores e administradores, outros aspectos da construção imagética e de vinculação institucional comuns nas instituições educacionais estadunidenses foram postas em prática no Mackenzie.

Na configuração espacial de campus, Abrunhosa (2020, p. 103) discorreu que o Mackenzie colocou em prática elementos identitários próprios da cultura universitária estadunidense: “um campus de modelo isolado segregado, tendo seus edifícios em seus mais diversos usos, tanto acadêmicos quanto residenciais, um estilo inglês, com uma paisagem marcante transformando-se em uma referência arquitetônica para cidade”.

Figura 5 – Dormitório Masculino dos Adultos e Fragmento da Primeira Edificação do campus de 1901



Fonte: Report of Mackenzie College for 1901. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie

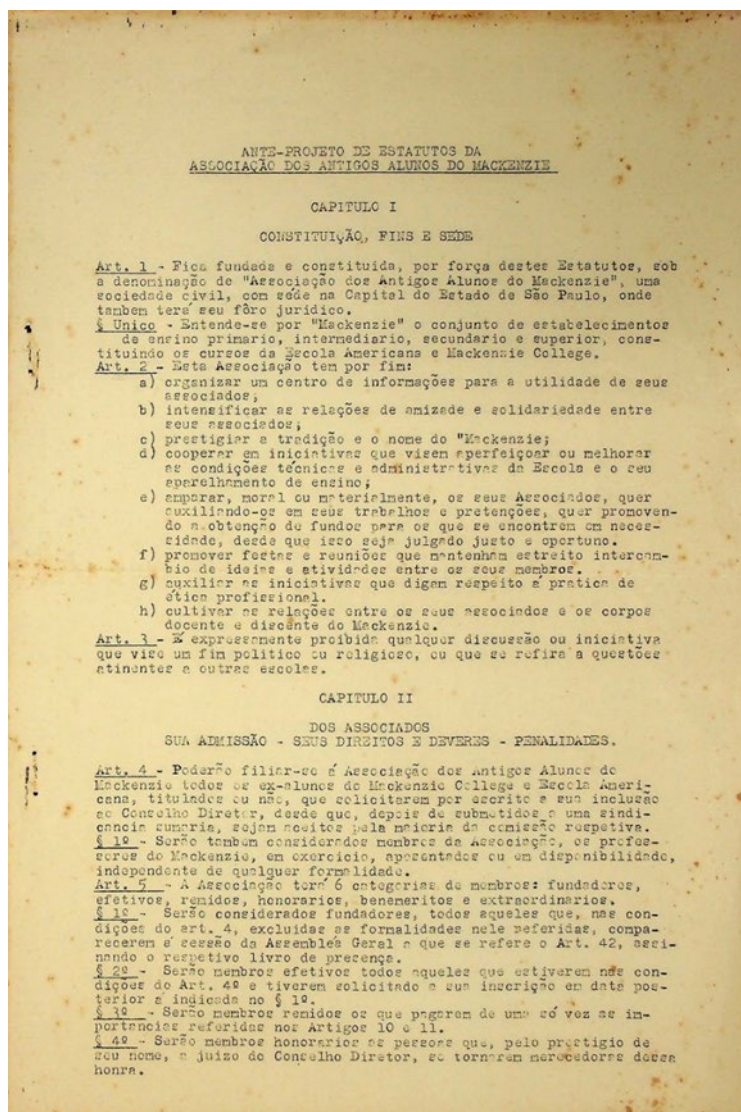
Na fotografia acima, é possível observar o recém-inaugurado edifício para ser residência dos alunos internos dos cursos superiores, e à direita, uma parcela do primeiro edifício fundado no campus. Por décadas, no campus do Mackenzie houve uma coabitação entre os edifícios que serviam para alunos e professores residirem e àqueles direcionados para o processo de ensino e aprendizagem.

O vínculo dos alunos com a instituição após a finalização dos cursos. Vieira, Castilho e Gambôa (2023, p. 1), disseram que a primeira experiência

relacional de um espaço de ensino superior com seus antigos alunos se deu nos EUA “remonta a 1792, ano em que a Universidade de Yale implementa, por iniciativa de um antigo aluno, um sistema para organizar os registros dos seus antigos alunos por turma”.

Esse ideário de os antigos alunos manterem os seus vínculos com a instituição de ensino, teve a sua primeira experiência no Mackenzie na década de 1930 com a fundação da Associação dos Antigos Alunos Mackenzie (AAAM). A comissão formada pelos antigos alunos Alexandre Mariano Cococi, Henrique Pegado, Renato Moraes Dantas e Guilherme Lebeis constituíram um estatuto onde foi discorrido a finalidade da associação.

Figura 6 – constituição, fins e sede da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie de 1933



Fonte: Anteprojeto de Estatuto da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, 1933. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie

A associação foi estruturada para prestigiar a instituição, criar relacionamentos entre os antigos alunos es corpos docentes e discentes do Mackenzie, promover festas e reuniões. Ao longo das décadas seguintes a AAAM ganhou relevância no contexto administrativo e passou a ter representação no Conselho Deliberativo do Mackenzie. Por fim, ela criou prêmios a serem dados aos melhores alunos, constituiu um periódico para reverenciar os feitos de antigos alunos e compartilharem para comunidade seus acontecimentos.

Figura 7 – Jantar Oferecido pela Associação dos Antigos Alunos Mackenzie, sem data



Fonte: Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie

Mais recentemente o Mackenzie criou um projeto chamado Alumni, uma ferramenta que estreita laços com antigos alunos com o intuito de reconectá-los aos seus colegas de turma, contribuir com a expansão da cultura Mackenzista, colaborar com alunos formandos e expandir a rede de contatos.

4.3. IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO

Como discorrido anteriormente, o Mackenzie desenvolveu uma metodologia de ensino própria, assim como a formação de professores, a partir das experiências de seus profissionais em território estadunidense e as discussões que estavam ocorrendo.

Logo após a Proclamação da República, Prudente de Moraes, presidente do instituído Estado de São Paulo, convocou o Antônio Caetano de Campos,

diretor da Escola Normal do referido estado para reformar o ensino público, principalmente o primário e o normal. O secundário e o superior, naquele momento não foram considerados fundamentais, havia uma compreensão de que estruturando o nível primário e a formação dos professores, o principal problema que assolava o Brasil começaria a ser resolvido: o analfabetismo. O modelo em que a reforma foi baseada foi o Mackenzie e Horace Lane, foi o consultor educacional do governo.

Horace Lane era republicano e tinha circulação com a elite republicana que estava constituindo a nova forma de governar São Paulo. Também somou a experiência na área educacional e o sucesso que o Mackenzie estava tendo ao longo dos últimos anos, tendo configurado em sua estrutura: Jardim de Infância, Primário, Secundário e o Ensino Superior, para formação de professores.

A respeito dos ganhos de Horace Lane e o Mackenzie, quanto a participação da Reforma, Silva (2015, p. 220) escreveu:

A sua aproximação com os republicanos paulistas, também, vinha ao encontro dos seus próprios interesses educacionais, pois desejam disseminar os valores da cultura e pedagogia norte-americana, não apenas através da Escola Americana e do Mackenzie College, mas também através da sua participação como consultor educacional do governo. Esse papel lhe garantiu mais projeção e fortaleceu suas relações de poder. Por outro lado, sua participação na reforma do ensino paulista não apenas o projetou nos círculos republicanos, mas também projetou sua instituição de ensino, o Mackenzie College, e reforçava a representação sobre o modelo educacional norte-americano que circulava entre as elites paulistas.

Lima (2022, p. 47), escreveu que o primeiro passo para o desenvolvimento da reforma, foi criar os grupos escolares, destinado a unificação de disciplinas e conteúdo, que até aquele momento eram aplicados separadamente e em locais diferentes. Para que a iniciativa pudesse funcionar, foi necessário estruturar “um plano nacional de ensino e professores capacitados para ele. Essa capacitação acontece por meio das escola-modelo, escola-anexa e método intuitivo ou lições das coisas”, algo que até então não tinha sido possível.

Silva (2018, p. 61) refletiu que Horace Lane atuando como consultor da educação pública paulista, imprimiu marcas da educação estadunidense e reforçou sua posição como educador e as suas relações com as elites paulistas

que assimilaram os ideais do modelo estadunidense. Junto dele contribuíram para a reforma as educadoras Marcia Brown e Maria Guilhermina Andrade, que lecionavam no Mackenzie.

Marcia Brown, foi uma educadora e missionária estadunidense. Antes de chegar ao Brasil, foi diretora da Escola Normal em Massachusetts. Quando Horace Lane, a convidou para participar da reforma, ela era professora da Escola Normal do Mackenzie e foi responsável por organizar a primeira escola modelo. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, também se formou educadora nos EUA, no Mackenzie era uma das professoras do Jardim de Infância e durante a reforma escolar, foi responsável pelos projetos de implantação dos jardins de infância (LIMA, 2022, p. 49-50).

Por meio delas, foram instituídas “diretrizes de organização, disciplina e conteúdo, que se tornaria o paradigma para as outras” (MARCÍLIO, 2014, p. 165). O Mackenzie, além de ter sido a origem pedagógica da reforma, também contribuiu para a estruturação física e os materiais de apoio.

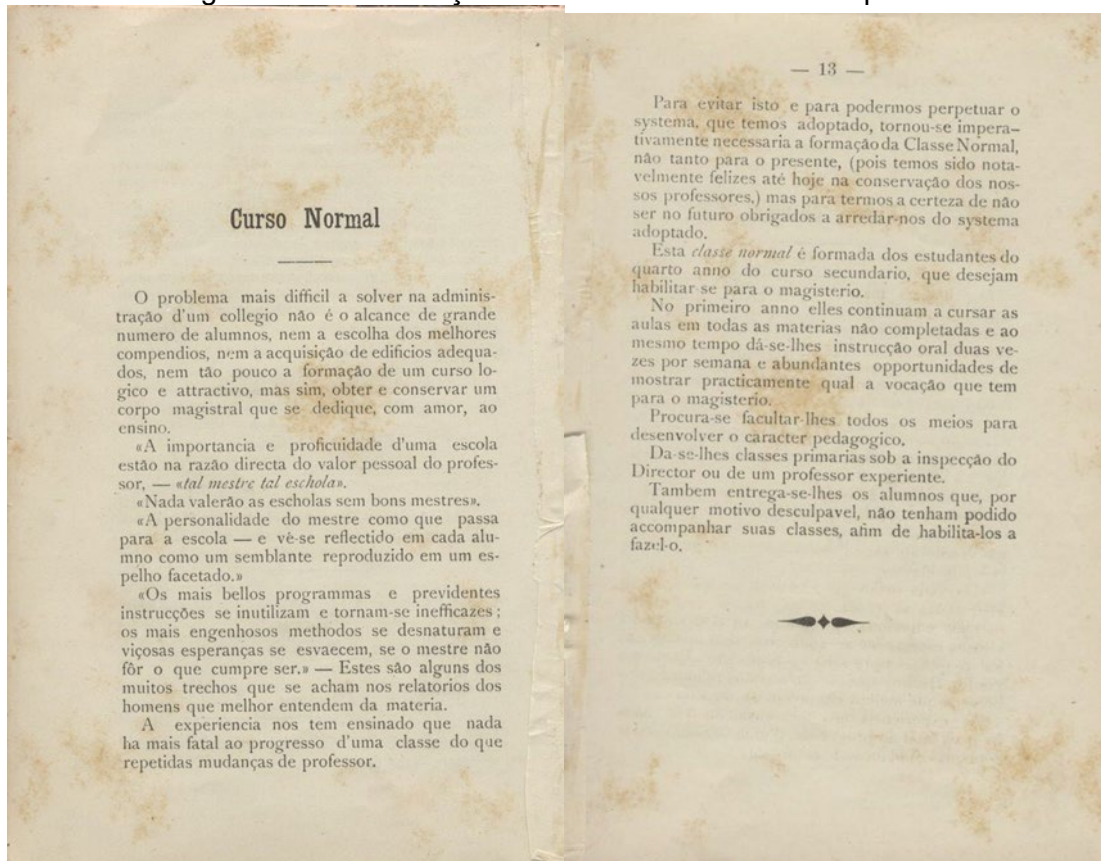
A Reforma Caetano de Campos levou dois anos para ser estruturada. Quando finalizada, houve uma continuidade, por meio da Reforma de Instrução Pública. “Neste momento, criou-se o Grupo Escolar efetivamente e dividiu o ensino em primário, secundário e superior, sendo que as escolas primárias foram divididas em dois ciclos: escolas primárias elementares e as complementares.

Uma importante mudança dessa reforma foi a criação das escolas modelos, cujas primeiras professoras foram Miss Marcia Brown e Guilhermina [...] esse método de formação de professores, tendo a escola-modelo anexa à escola normal adotado na capital era o mesmo modelo que o Mackenzie utilizava para formar seus professores. A instituição colocava os alunos da escola normal para fazer a parte prática com os alunos do curso primário, além de acompanhar os alunos que tivesse dificuldade de aprendizagem.

Ação de se criar a escola-modelo, afirmou para camada republicana sobre a importância em investir na formação dos professores, se o interesse era renovar a escola pública e o modelo estadunidense, desenvolvido pelo Mackenzie prevaleceu para alcançar esse objetivo. Saviani (*apud* LIMA, 2022, p. 52) refletiu que os responsáveis pela reforma acreditavam que somente com um quadro de profissionais formados com processos pedagógicos modernos

poderia se colocar em prática aquilo que era almejado: “instruir a população para a vida social, partindo do combate ao analfabetismo”.

Figura 8 e 9 – Descrição do Curso Normal oferecido pelo Mackenzie



Fonte: O Programa e Regulamento do Protestant College e da Escola Americana de 1885. Acervo Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie

A partir das transformações trazidas pela implantação da Escola Normal e Escola Modelo, Lima (2022, p. 53) refletiu:

... só nesse ponto é possível observar que o país efetivamente consegue ter uma finalidade educativa escolar clara, em que pelo menos se tem consciência de alguns princípios norteadores da organização escolar. Tem-se claro que tipo de cidadão formar: um cidadão alfabetizado, que consiga absorver corretamente as informações, por meio do raciocínio lógico e da apuração dos sentidos (com um método de ensino que dê conta de proporcionar isso aos alunos, o Método Intuitivo o Lições de Coisas); para qual sociedade formar: em grupos escolares, que posteriormente se denominou apenas escola, com prédios destinados somente a formação de crianças e infraestrutura que correspondia a conjuntura desejada, com materiais alinhados ao método e proposta definida; como formar: com professores preparados, formados com conhecimentos teóricos e

práticos sobre a docência, que conheçam o que e como ensinar, formados em locais apropriados e destinados a proporcionar as condições de aprendizagem necessária aos futuros professores, com a possibilidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos religiosos que formaram a primeira geração da sociedade estadunidense ao fugirem da Inglaterra levaram consigo uma compreensão de estavam imbuídos de uma missão divina e serem detentores de uma verdade transcendental. Essas convicções estavam pautadas no desígnio da Providência Divina de civilizar a natureza selvagem e transformá-la no Jardim de Deus.

O primeiro documento constitucional *Mayflower Compact*, concedeu as colônias um aparato jurídico e de liberdade social que contribuiu para o aprofundamento dessas compreensões religiosas que moldaram o pensamento político estadunidense. Essa pesquisa procurou nos caminhos de formação do Estado e Nação e como esse capital de ideais foi se alterando à medida que os interesses políticos estadunidenses também se modificaram.

A Doutrina do Destino Manifesto, colaborou de maneira decisiva para que ações intervencionistas ocorressem em terras dos povos originários e do México. Posteriormente, aos países latinos, a ferramenta missionária foi empregada de forma indireta pelo Estado como um meio de comunicação de seus ideais políticos, econômicos e sociais. O desejo protestante de se criar uma América Cristã, baseada em uma conformidade social através da religião, moralidade e educação se uniu aos interesses estatais criados a partir do Destino Manifesto.

Ao longo do processo de pesquisa, inúmeras foram as reflexões, com a proposta de mostrar que esse ideário foi trazido ao Brasil, a partir das empresas missionárias estadunidenses e a constituição do Mackenzie nesse contexto, como uma exteriorização desse ideário com discursos edificadas a partir de uma construção identitária de seus fundadores e administradores de como o Brasil estava se desenvolvendo principalmente na perspectiva educacional.

A produção documental institucional, nos trouxe uma série de reflexões de como os diretores enxergavam o desenrolar político, social e religioso em solo brasileiro. Os discursos de George Chamberlain, trazia a educação e religiosidade como o par responsável para que a sociedade brasileira alcançasse a civilização. Já Horace Lane, defendia que educação seria responsável por

trazer a consciência de cidadania, liberdade, moralidade e democracia, e a religiosidade seria compartilhada de forma indireta, sem proselitismos.

Na perspectiva de Mendonça (2008), a América Cristã, no viés desenhado pelas denominações protestantes estadunidenses no século XIX, não foi alcançada, pois a maioria da sociedade brasileira não aderiu ao protestantismo como a sua religião, contudo, limitar o progresso das empresas missionárias a apenas esse dado é ignorar todas as outras contribuições a sociedade brasileira.

Na perspectiva política, ao trazer discussões republicanas; econômica, ao ser introduzido novas culturas de agricultura e a social, fossem pelos assentamentos de grupos estadunidenses que migraram para residir ou pelos missionários que representavam suas empresas missionárias. Seguramente, a dimensão melhor atingida foi a educacional, com dezenas de escolas abertas em várias partes do Brasil, com incentivos a alfabetização da sociedade brasileira.

Particularmente o Mackenzie constituiu em solo brasileiro uma proposta de ensino aos moldes estadunidenses com uma clara distinção do modelo brasileiro. A produção documental institucional, se preocupou em externalizar quais eram as metodologias empregadas e trouxe reflexões sobre como elas eram colocadas em prática e confrontadas por brasileiros ainda alinhados a antiga estrutura.

Apesar do estado brasileiro naquele momento possuir um aparato repressivo, os missionários estadunidenses foram responsáveis por colocar em prática todas as discussões educacionais que estavam em efervescência em território estadunidense. A Proclamação da República, criou um cenário propício para que o Estado de São Paulo assessorado pelos profissionais o Mackenzie, colocasse em prática as novas metodologias.

Através da assessoria educacional, o modelo vigente na Escola Normal do Mackenzie e as metodologias empregadas no ensino básico foram transportados para o ensino Paulista, que após dois anos de estruturação, não apenas trouxe uma nova configuração de ensino, mas também para formação dos profissionais. Para o Mackenzie, perpetuar os métodos utilizados, era

imprescindível a formação adequada dos professores e isso foi externalizado em seus documentos.

As ações colaboraram para reafirmar a importância do Mackenzie no âmbito educacional e o seu pioneirismo quanto a forma de ensinar e formar professores. Também abriu diálogos com as mais diversas camadas da população contribuindo para o fortalecimento institucional.

Mendonça (2008), refletiu que as contribuições do protestantismo instalado no Brasil no século XIX, não são debatidas e pesquisadas em seu potencial máximo, sendo assim, a presente dissertação se propôs a desenvolver uma pesquisa em um recorte onde o ideário estadunidense construído a partir do Destino Manifesto entrou em convergência com o desenrolar institucional e educacional do Mackenzie e estimula outras pesquisas a permearem ângulos até então não pesquisados.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, Eduardo Castedo. **As cidades universitárias na passagem do século XIX para o XX**: Salamanca e Campinas, dois modelos referenciais típicos. 2021. 267 f. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/07154d4c-edf9-4263-ae73-218bd92a0554>. Acesso em: 04 ago. 2024.

AHLERT A. Educação, Ética e Cidadania: Referenciais para as Escolas da Rede Sinodal de Educação. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n.25, p. 178-208, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627131007.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

AHLERT A. Ética e a Cidadania como Contribuições Protestantes para a História da Educação. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, p. 361-384, out./2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 05 maio 2024.

ALMEIDA, Jane Soares de. O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX: para cada igreja uma escola. **Educar em Revista**, n. 20, p. 185–207, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.272>. Acesso em: 05 maio 2024.

CRABTREE, A. R. **A história dos Batistas no Brasil**: até o ano de 1906. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

CARVALHO, J. M. D. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. D. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTI, H. B. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência Presbiteriana e Batista. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n.4, p. 61-93, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf. Acesso: em 13 jun. 2024.

CHAMON, Carla Simone. Paraíso das crianças: o kindergarten nos Estados Unidos entre meados do século 19 e início do 20. **História da Educação**, Santa Maria, v. 20, n. 48, p. 15-33, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/56596>. Acesso: em 13 jun. 2024.

CREMIN, L. A. O futuro da escola comum Americana. In: BEREDAY, G. Z. F.; VOLPICELLI, L. (org.). **Educação pública nos Estados Unidos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Difusão Cultural, 1963, p. 40-56.

DIAS FILHO, A. G. A imigração norte-americana e a implantação do protestantismo em Americana e Santa Bárbara d'Oeste, SP. **Revista Nures**, São Paulo, n. 31, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/28689/20157>. Acesso em: 05 maio 2024.

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 1, p. 149–185, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000100005>. Acesso em: 05 maio 2024.

GARCEZ, B. N. **O Mackenzie**. São Paulo: Mackenzie, 2004.

GAST, John. **American Progress. 1872**. Chromolithograph published by George A. Crofutt. [Site: Picturing U.S. History]. c2024. Disponível em: https://web.archive.org/web/20140615021554/http://picturinghistory.gc.cuny.edu/item.php?item_id=180. Acesso em: 27 jul. 2024.

GOLDMAN, F. **Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GOMES, A. M. D. A. **Religião, Educação e Progresso**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

HACK, O. H. **Mackenzie College e o ensino superior brasileiro**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

HILL, C. A. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HILL, C. A. **Revolução Inglesa de 1640**. Lisboa: Presença, 1955.

HISTÓRIA FM 030: Guerra de secessão: a guerra civil que dividiu os Estados Unidos. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistado: Vitor Izecksohn. [S. I.]: Leitura Obrigatória HISTÓRIA, 15 jun. 2020. Podcast. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com/podcast/guerra-de-secessao-a-guerra-civil-que-dividiu-os-estados-unidos/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

HISTÓRIA FM 163: Velho Oeste: a história por trás dos mitos. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistado: Arthur Lima de Ávila. [S. I.]: Leitura Obrigatória HISTÓRIA, 25 mar. 2024. Podcast. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com/podcast/velho-oeste-a-historia-por-tras-dos-mitos/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

INSTITUTO DE SÃO PAULO. Escola Americana. **Programa e Regulamento do Instituto de São Paulo e Escola Americana**. São Paulo: Protestant College, 1885-1886.

JUNQUEIRA, M. A. **Estados Unidos a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L. E. A. *et. al.* **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2011.

LEPORE, J. **Estas verdades**: a história da formação dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LIMA, D. S. **Formação de professores no Mackenzie no final do século XIX ao início do século XX e seus impactos na Reforma Caetano de Campos**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/21b3c5e9-157e-455e-b0bb-d04624ab2792>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MACKENZIE COLLEGE. **Constitution of Mackenzie College at São Paulo, Brazil**. São Paulo: Mackenzie College, 1917.

MACKENZIE COLLEGE. **President's Report to the Board of Trustees 1908**. São Paulo: Mackenzie College, 1908.

MACKENZIE COLLEGE. **President's Report to the Board of Trustees**. São Paulo: Mackenzie College, 1907.

MACKENZIE COLLEGE. **President's Report to the Board of Trustees**. São Paulo: Mackenzie College, 1909.

MACKENZIE COLLEGE. **A Protestant College for Brazil**. São Paulo: Mackenzie College, 1891.

MACKENZIE COLLEGE. **Report of 1899**. São Paulo: Mackenzie College, 1899.

MACKENZIE COLLEGE. **Report of Mackenzie College for 1901**. São Paulo: Mackenzie College, 1901.

MACKENZIE COLLEGE. **Report of Mackenzie College for 1905**. São Paulo: Mackenzie College, 1905.

MATOS, A. D. S. **As ciências divinas e humanas**: a Escola Americana, o Mackenzie College e o Instituto Mackenzie. São Paulo: Mackenzie, 2021.

MCLAREN, D. **The Protestant College at S. Paulo, Brazil and Mackenzie College**. São Paulo: Protestant College, 1897.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. 485 p.

MENDES, M. **A nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)**. São Paulo: Mackenzie, 2016.

MENDONÇA, A. G. **O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

MILANI, C. R. S. A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília DF, n.6, p. 69-85, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4674>. Acesso em: 05 maio 2024.

MORMUL, N. M.; MACHADO, M. C. G. Rui Barbosa e a educação brasileira: os pareceres de 1882. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. DOI: 10.14393/che-v12n1-2013-17. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22909>. Acesso em: 13 jun. 2024.

NESBITT, G. F.; CO. Printer. **California [ship]**. [18--]. Gravura sobre papel: impressão, cor e tipografia, 10,4 x 16,6 cm. Disponível em: <https://oac.cdlib.org/ark:/13030/tf1r29p10v/?layout=metadata>. Acesso em: 27 jul. 2024.

NOLL, M. A. **America's God: from Jonathan Edwards to Abraham Lincoln**. New York: Oxford University Press, 2002.

O'SULLIVAN, John L. Annexation. **Teaching American History**, [Newspaper article] 30 jul. 1845. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/annexation/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PIRES, Jackson Luiz de Oliveira. **Empreendimento missionário e americanismo: o modelo educacional granberyense e o universo político cultural de Juiz de Fora (1889-1930)**. 2013. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1707.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

REINHARDT, Bruno. Reiterando o pacto: história, teologias políticas cristãs e a religião civil americana em uma era de multiculturalismo e império. **Religião & Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 29–54, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872011000200003>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RIBEIRO, B. **Aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, Maria das Graças. A educação superior norte-americana: gênese de um modelo. **História da Educação**, v. 20, n. 48, p. 75-93, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/56594>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RODRIGUES, C. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre a Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). **Dialógos**, Juiz de Fora, p. 119-142, 2009.

ROOSEVELT, Theodore. True Americanism. The Forum Magazine, abr. 1894. **Teaching American History**. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/true-americanism-the-forum-magazine/>. Acesso em: 05 maio 2024.

SANDWEISS, Martha A. **Picture U.S. History**: my favorite picture: John Gast, American Progress, 1872. c2024. Disponível em: https://web.archive.org/web/20140615021554/http://picturinghistory.gc.cuny.edu/item.php?item_id=180. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. **A figura de Horace Lane**: lutas de representações e a formação da rede de Escolas Americanas no Brasil (1885-1912) 2015. Tese (Doutorado) – curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102015-100821/pt-br.php>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Horace Lane: consultor da instrução pública paulista e participação na exposição internacional de St. Louis (1885-1912). **História da Educação**, v. 22, n. 56, p. 59–79, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/76330>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Discurso de Horace Lane sobre a Escola Americana de São Paulo aos pais dos alunos e à sociedade paulista (1889-1912). **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2847>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Política, religião e educação no Brasil a partir do olhar do educador norte-americano Horace Lane. **Revista Reflexão**, v. 44, e194651, 2019. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. DOI: 10.24220/2447-6803v44e2019a4651.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, F. dos S. Aspectos históricos da educação e do ensino de Ciências no Brasil: do século XVI ao século XX. **Educação Pública**, v. 18, n. 22, 2018.

SOUZA, R. F. de. As disputas pelo currículo e a renovação da escola primária nos Estados Unidos na transição do século 19 para o século 20. **História da**

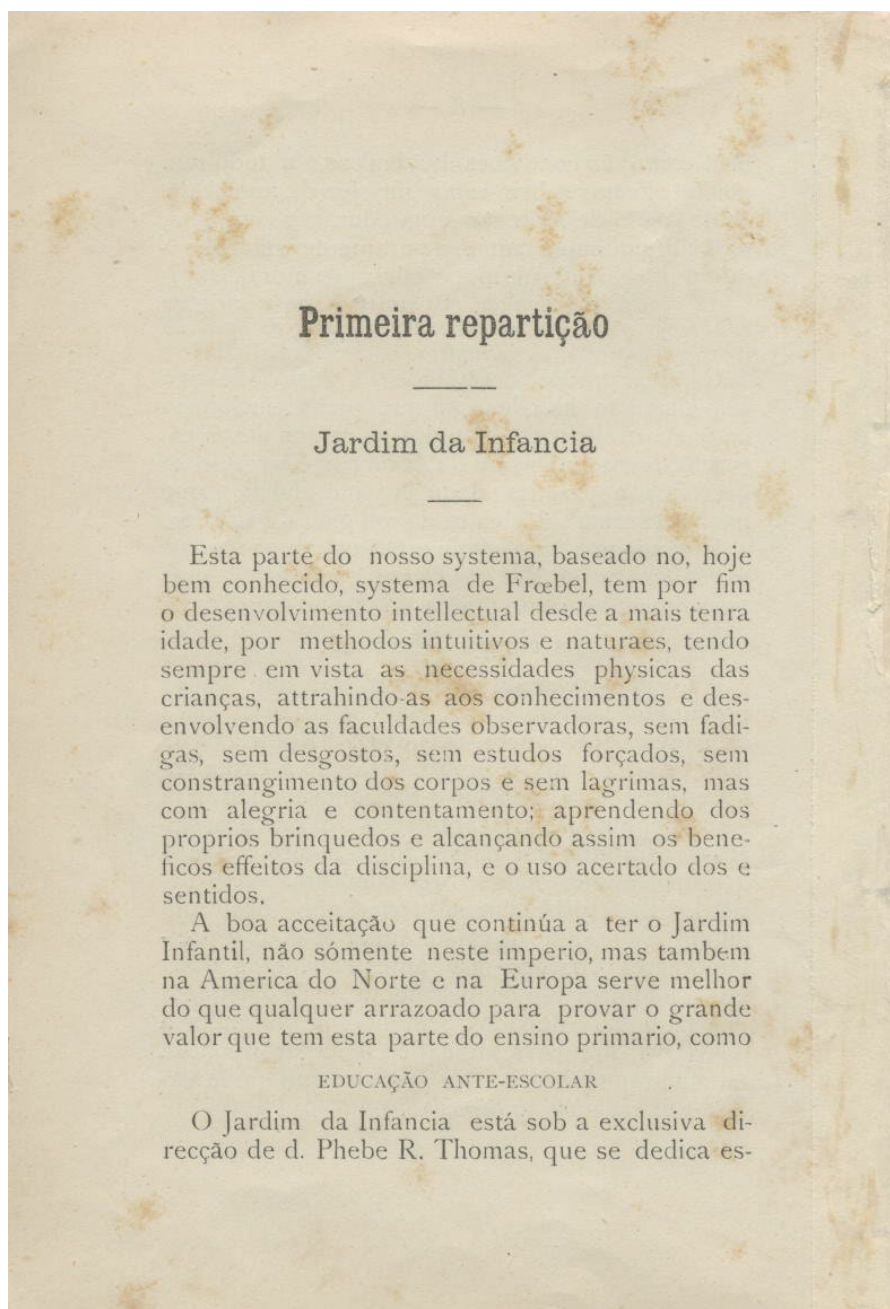
Educação, v. 20, n. 48, p. 35–53, jan. 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/2236-3459/56892>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral; MARTINS, Luiz Cândido; SARAT, Magda. Educação protestante norte-americana e processo civilizador: contribuições para o debate. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 7, n. 19, p. 124–136, 2017. DOI: 10.30612/eduf.v7i19.6997. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/6997>. Acesso em: 13 jun. 2024.

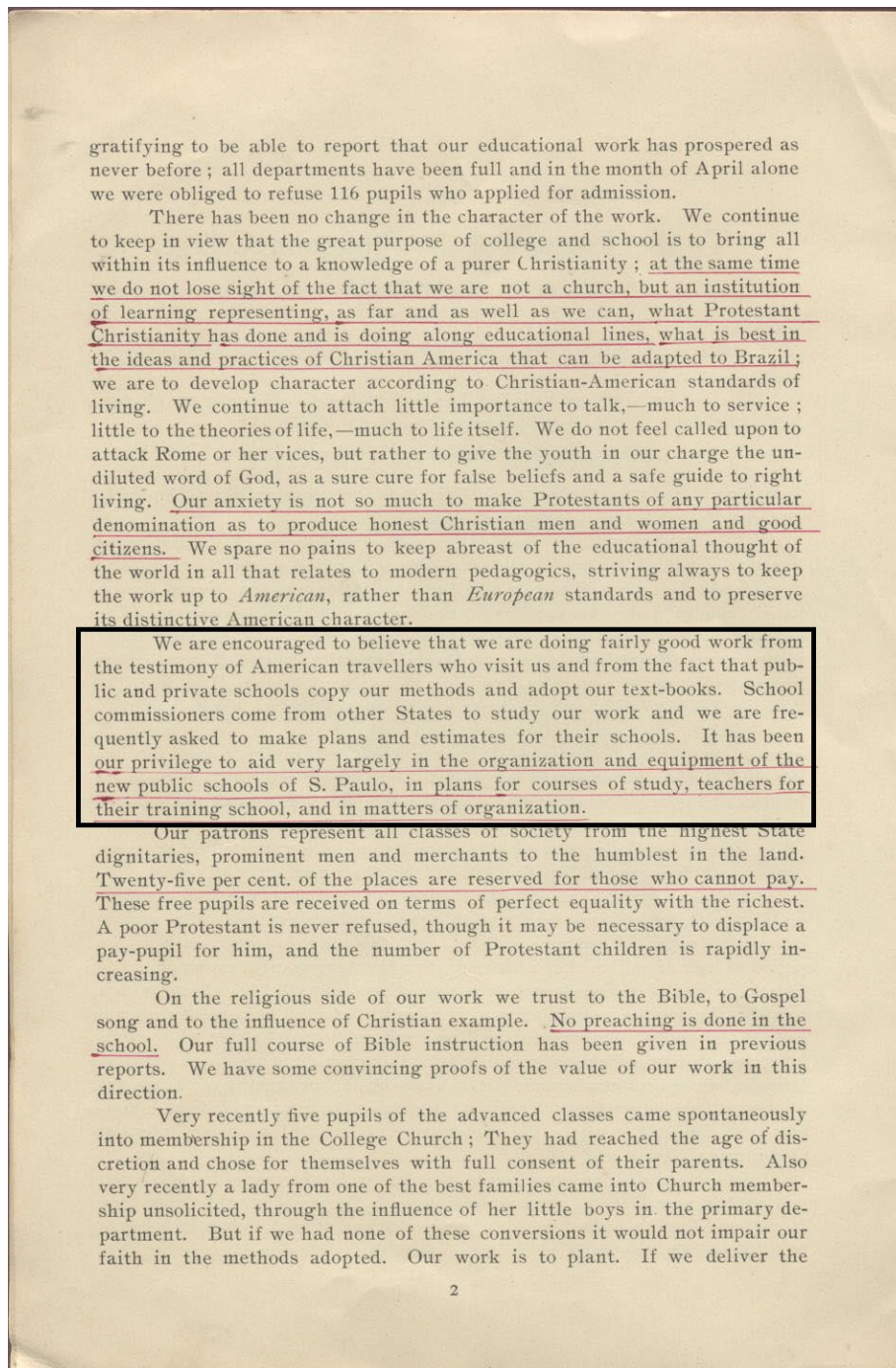
Anexos

**ANEXO A – Introdução da Primeira Repartição da Escola Americana –
Jardim de Infância**



Fonte: Programa e Regulamento do Instituto de São Paulo e Escola Americana. 1885. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

**ANEXO B – Versão original do fragmento em que Donald McLaren
discorre sobre as conquistas da Escola Americana (p. 56)**



Fonte: The Protestant College at S. Paulo, Brazil and Mackenzie College, 1897.
Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

**ANEXO C - Versão original da caracterização da sociedade brasileira
pelos comissários da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do
Brasil**

A PROTESTANT COLLEGE FOR BRAZIL.

REPORT OF COMMISSIONERS.

The Commissioners who were sent by the General Assembly of the Presbyterian Church in 1888 to the Synod of Brazil, presented a report in which they recommended the immediate endowment of a Christian College in Brazil, similar to Robert College in Constantinople or the Syrian Protestant College at Beirut. The report was adopted and an invitation extended to other denominations to join in forming a Protestant College at S. Paulo, Brazil, the present centre of the Mission School work. The Commissioners, during their short stay in Brazil, had exceptional opportunities for judging of the importance of higher education to the Protestant Churches of Brazil. They visited many of the native churches, looked carefully into the working of the Mission schools at S. Paulo, met and conversed with some of the prominent public men, and were in close contact with the representative men of the whole Brazilian church in the synod. Being thoroughly familiar with the question of higher education in its relations to the church in our own country, they doubtless had in view, when making this emphatic recommendation, not only the special needs of the Church for larger educational facilities, but the needs of the whole country, and the advisability of embracing the opportunity now offered to extend the influence of Protestant Christianity, through its higher education, to the whole nation.

STATE OF EDUCATION IN THE COUNTRY.

We beg to refer briefly, by way of explanation, to the state of education in Brazil. We are all familiar with the educational methods of Rome, and it will suffice to say that after three hundred years under these methods, Brazil has eighty-four per cent. of illiteracy. The common people are in an almost incredible state of ignorance, superstition and idolatry. Among the educated classes atheism and rationalism prevail. The normal and primary schools of the public-school system, as well as the preparatory courses annexed to the professional schools, are below

criticism. The public schools were, under the old regime, simply appendices to a corrupt political machine. They lacked school houses, text-books, and properly qualified teachers. A president of Pernambuco, only a few years ago, dismissed thirteen teachers of the public schools because they could *neither read nor write*.

The only schools worth considering are private schools, where money-making is the primary object. The establishments belonging to the religious orders are a little better than the public schools. The only institutions of higher education in the country are the professional schools. These are: two law schools, two medical schools, two schools of pharmacy, one polytechnic school and one school of mines. At Rio there is an institution upon which large sums of money have been lavished, where the degrees of Bachelor of Arts and of Letters are conferred. For the past ten years this school has declined greatly, probably because of the gradual decline of the Emperor, as it was his pet institution. The course of study pursued in this national gymnasium embraces about what is taught in our high schools. It is essentially a preparatory school. Some of its graduates have failed to pass *their entrance examinations* upon applying at American colleges and European universities.

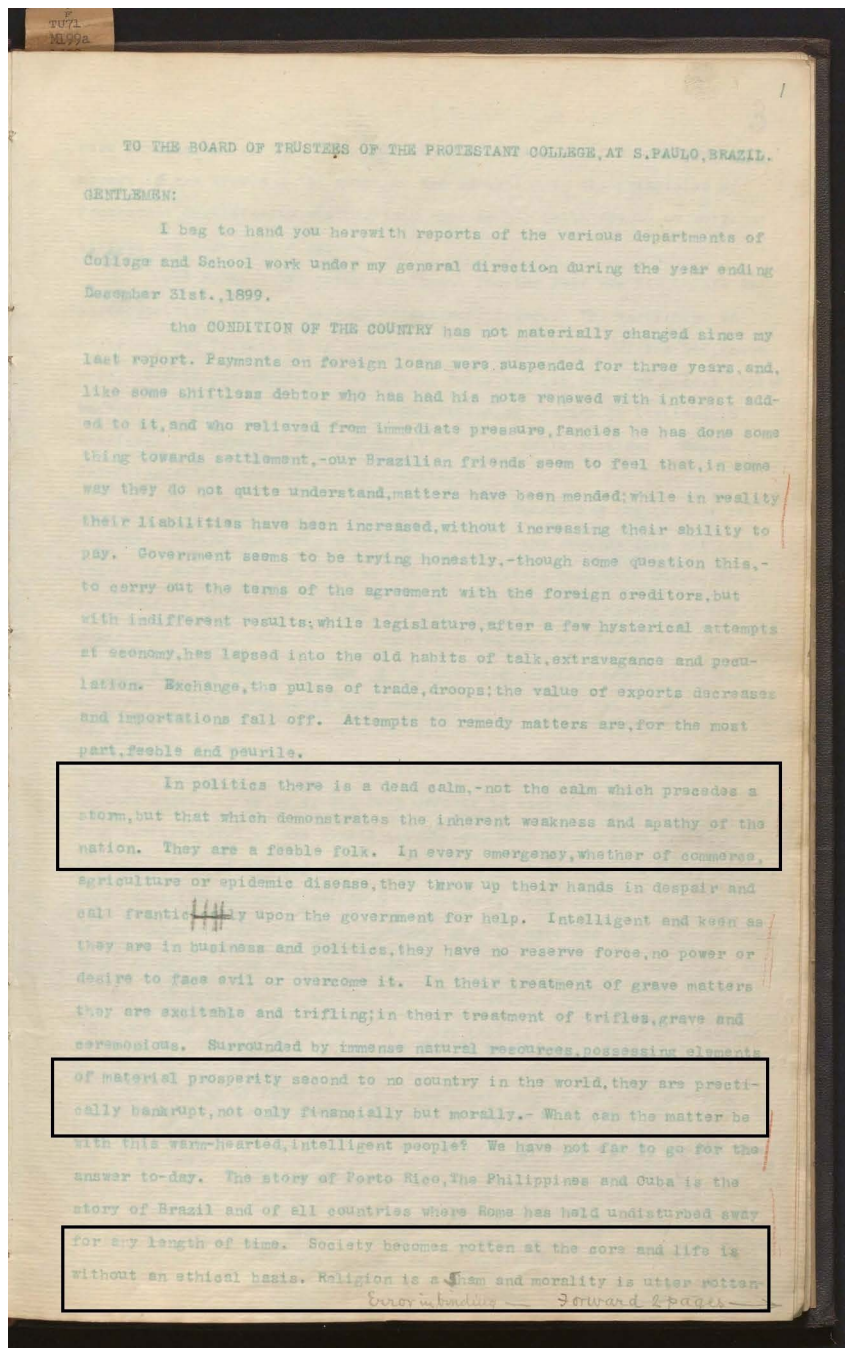
In some of the provinces there are lyceums, where the studies preparatory to the admission to schools of law and medicine are very poorly taught.

There is no college, in the American sense, not a single institution that corresponds to our colleges, in the whole country. Young men who wish to pursue their studies beyond the preparatory branches, before studying for a profession, or who desire an education not strictly professional, are compelled to go abroad.

NEEDS OF THE PROTESTANT POPULATION.

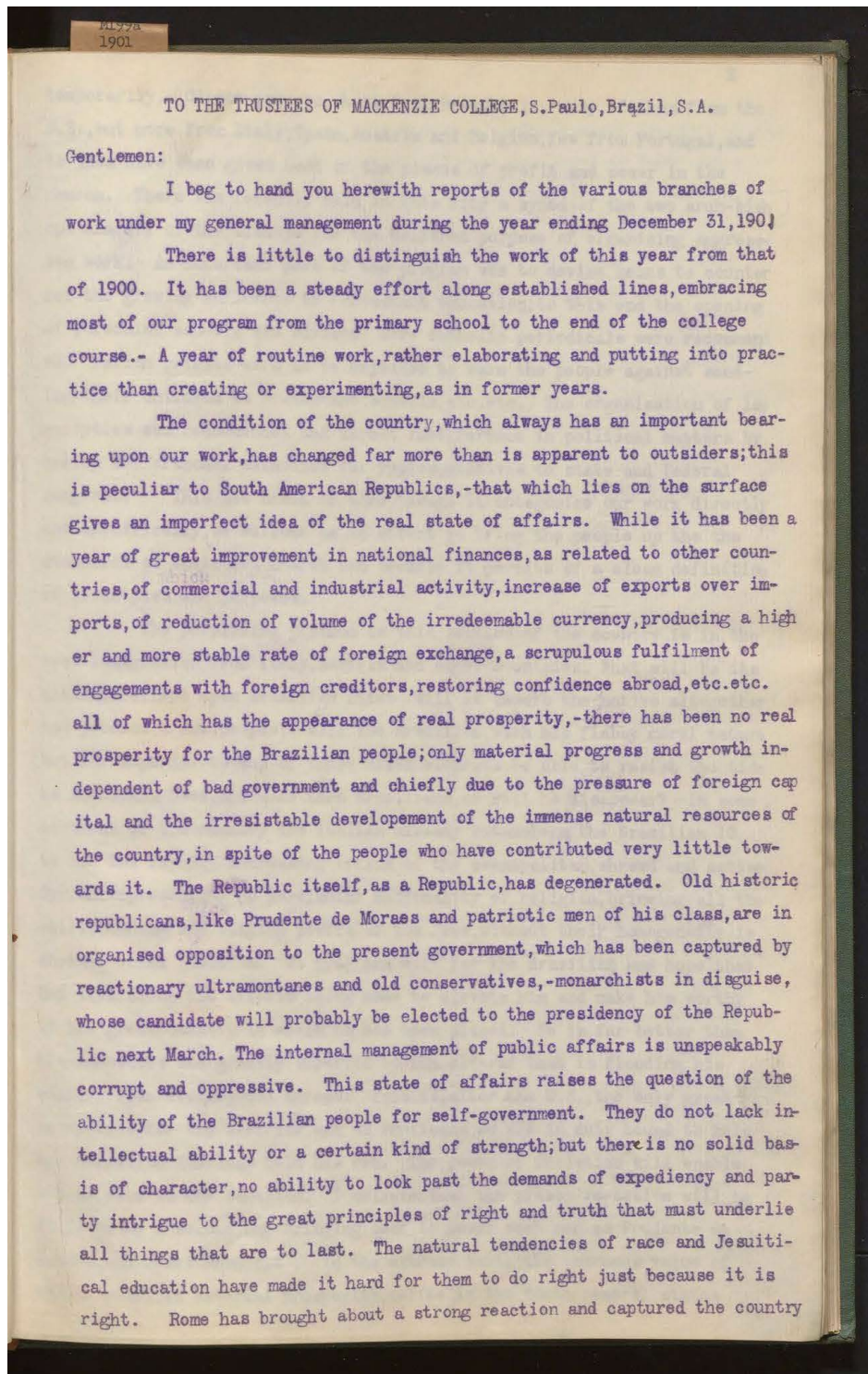
Now if, instead of none, Brazil possessed *fifty* colleges for higher instruction, still it would remain true that a Protestant Christian college is needed. The Presbyterian Church alone has upward of three thousand communicants, and a much larger number of adherents. Besides the members of other Evangelical Churches, there are in Brazil upward of a hundred thousand

ANEXO D - Versão original de Horace Manley Lane, discorrendo sobre a apatia dos brasileiros



Fonte: Report of 1899. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

**ANEXO E - Versão original da situação brasileira a partir da visão de
Horace Manley Lane.**



Fonte: Report of Mackenzie College for 1901. Acervo Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

ANEXO F - Versão original de Horace Manley Lane refletindo a importância de os estadunidenses conduzirem os brasileiros aos ideais da grande América

4

"New Brazil" in which, in the more populous centers the old Portuguese element is being rapidly supplanted by the more active Italian, German and other nationalities, who bring traditions of a larger life than was ever found in poor little Portugal. In the sparsely settled middle coast States the descendants of the pure Portuguese, white and mixed are still in a majority, but here in S. Paulo where we have 90,000 Italians, 5,000 Syrians and 50,000 of other nationalities, the Portuguese element is unimportant.

The American people, while keenly alive to the growing importance of Brazil from a commercial and political standpoint, seem to ignore the essential fact that the nation must be educated in American ideals in order to become identified with Greater America. The standards of life must be raised, erroneous conceptions of liberty, self-government and Christianity must be corrected. Protestant Christianity considered from a purely political standpoint, is indispensable to the Republic. With the Jesuits in undisputed control the Republic will not last. The type of education that was a menace to free institutions in France and which has been brought to Brazil by the very priests and monks who could not remain in France, will not draw Brazil towards N. America or towards free institutions. If Brazil is to be redeemed it must be by the methods that have kept our own country strong and faithful to the Christian principles of the Puritan fathers. Not by the Monroe doctrine nor treaties of reciprocity but by a vigorous pushing of Protestant principles in pulpit and school, and establishing that form of Christianity that does inculcate purity and righteousness.

Rome is alive to the danger of this invasion of American ideas and is awake to the importance of strengthening her hold upon this people. Large numbers of really strong men, priests and monks, have been sent here to settle permanently. The great religious orders are here with abundant funds, bringing trained educators from France, Germany, Holland, - all R. Catholic Europe and even from the U. S. They buy, build and fit up schools, regardless of expense. The teaching orders

Fonte: President's Report to the Board of Trustees,
1909 Acervo Centro Histórico e Cultural
Mackenzie.

ANEXO G - Mary Ann Annesley Chamberlain, sem data



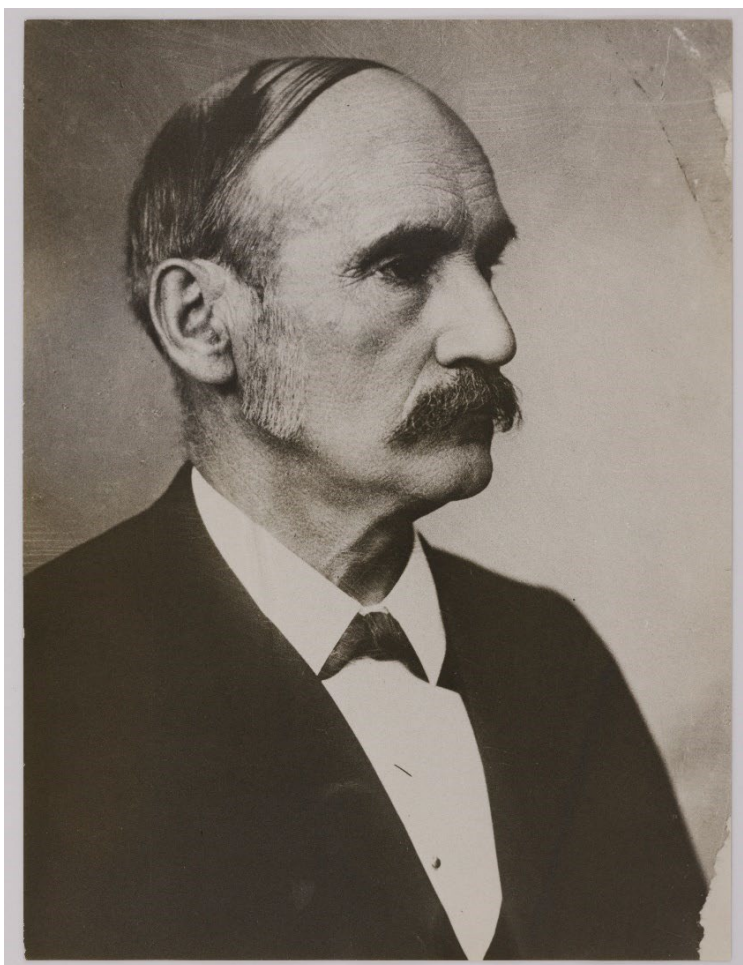
Fonte: Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

ANEXO H - George Whitehill Chamberlain, à esquerda, sem data



Fonte: Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

ANEXO I - Horace Manley Lane, sem data



Fonte: Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

ANEXO J - Alunas da Escola Normal do Mackenzie, 1899

Fonte: Centro Histórico e Cultural Mackenzie.